



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ

ALEXANDRE ROCHA

**PROEJA-FIC NO CHÃO DE FÁBRICA: AUTO-ESTIMA E VALORIZAÇÃO DO
TRABALHADOR A PARTIR DA FORMAÇÃO NO ESPAÇO DE TRABALHO**

Araranguá-SC

2011



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ

ALEXANDRE ROCHA

**PROEJA-FIC NO CHÃO DE FÁBRICA: AUTO-ESTIMA E VALORIZAÇÃO DO
TRABALHADOR A PARTIR DA FORMAÇÃO NO ESPAÇO DE TRABALHO**

Monografia apresentada ao programa de pós-graduação lato sensu do Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, do Instituto Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em PROEJA.

Professora orientadora: Dr^a. Suzy Pascoali

Araranguá-SC

2011

Ficha Catalográfica

R672p Rocha, Alexandre

PROEJA-FIC no Chão de Fábrica: auto-estima e valorização do trabalhador a partir da formação no espaço de trabalho/
Alexandre Rocha.

63 f. : il.

Inclui gráficos.

Monografia (Especialização) – Instituto Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2011.

Suzy Pascoali (Orient.).

1. PROEJA. 2. PROEJA – Formação Continuada
3. PROEJA – Processo Produtivo I. Título

CDD 374.2

Catalogado na Fonte por:
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB14/1148
Biblioteca do IF-SC – Campus Araranguá



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ

PARECER DE VIABILIDADE

Ao analisar a monografia de especialização em Educação PROEJA elaborada pelo aluno Alexandre Rocha, intitulada “PROEJA-FIC no chão de fábrica: auto-estima e valorização do trabalhador a partir da formação no espaço de trabalho” constato que a mesma atende às exigências necessárias para ser encaminhada à banca examinadora.

Araranguá, 05 de dezembro de 2011

Prof.^a Dra. Suzy Pascoali
Orientadora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO – MONOGRAFIA

Eu, Alexandre Rocha, brasileiro, casado, professor, residente na Rua Professora Sílvia Soares, nº. 58, Araranguá, Santa Catarina, portador do R.G. de número 1.530.858, na qualidade de titular dos direitos morais e patrimoniais de autor da obra apresentada no IF-SC Campus Araranguá, em 05 de dezembro de 2011, com base no disposto da Lei Federal nº. 9.160, de fevereiro de 1998, autorizo o Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IF-SC, a reproduzir e /ou disponibilizar na rede mundial de computadores – *intenet* – e permitir a reprodução por meio eletrônico da obra, a partir desta data e até que manifeste em sentido contrário de minha parte determine a cessação desta autorização.

Araranguá, 05 de dezembro de 2011

Alexandre Rocha: autor.

Ciente: Suzy Pascoali – orientadora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU - ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DE MONOGRAFIAS NA
PÁGINA DA BIBLIOTECA DO IF-SC, CAMPUS ARARANGUÁ**

1 IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR:

Nome: Alexandre Rocha
CPF: 482.183.919-91 - *E.mail:* alexrocha@contato.net
Telefone: (48) 99 55 55 27

2 IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO:

Título: PROEJA-FIC no chão de fábrica: auto-estima e valorização do trabalhador a partir da formação no espaço de trabalho

Orientador: Professora Dra. Suzy Pascoali

E.mail: suzy@ifsc.edu.br

Banca: Prof. Dr. Emerson Silveira Serafim; Prof. Dr. Olivier Allain; Prof. Msc Cesar Luis M. da F. Marques; Prof. Mozart Maragno; Prof^a. Dra. Suzy Pascoali.

Data da defesa: 04 de dezembro de 2011.

3. PERMISSÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO

Total

Parcial

Em caso de liberação parcial, especifique os capítulos permitidos (todos os referidos arquivos devem estar em PDF, em arquivo único).

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho acima citado, em consonância com a Lei nº 9610/98 (Lei de Direitos Autorais), autorizo a Biblioteca do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Campus Araranguá, a disponibilizar gratuitamente na página de sua biblioteca, sem ressarcimento dos direitos autorais, o referido documento de minha autoria, em formato PDF, para leitura, impressão e/ou *download*, conforme permissão assinalada.

Data: ____/____/____

Assinatura do autor



AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi concebido durante as aulas do curso desta pós-graduação. Então agradeço a todos os professores e colegas do curso que, com suas contribuições, inspiraram esta investida.

No curso da construção desta monografia, passei a ficar atento aos trabalhadores em seu deslocamento ao trabalho. Em minha silenciosa observação pensava em suas vidas, suas famílias, e me interessava especialmente admirar o quanto lutam por sua sobrevivência pessoal e social. Então agradeço imensamente a todos os trabalhadores anônimos que transitaram por mim, sendo na verdade os protagonistas que motivaram esta pesquisa.

Meu agradecimento às pessoas de minha família, que souberam entender quando tive que abrir mão de suas companhias para me dedicar a este trabalho. De maneira carinhosa agradeço a compreensão de minha esposa Micheline e de meu filho Leon.

Com os colegas da Secretaria Municipal de Educação, foram muitas as minhas intervenções para falar desta monografia e seu tema tão desafiador. Também naquele ambiente, entre pessoas comprometidas com a educação municipal, obtive forças e reabasteci energias para seguir adiante. Agradeço carinhosamente a cada colega por tudo isto.

Sou grato, da mesma forma, à professora Suzy Pascoali, minha orientadora, também por sua carinhosa dedicação à primeira turma de especialização em PROEJA, no ano de 2009.

Agradeço também à professora Rosabel Bertolin, que com sua dedicação estimulou muitos pós-graduandos a seguirem em frente.

Outro agradecimento que faço é à amiga professora Aurélia Lopes Gomes, que com sua longa experiência me ofereceu tantos bons caminhos, sempre à luz dos compromissos assumidos com a educação.

Ao amigo professor Mozart Maragno, co-orientador, companheiro de muitos debates e, aqui, por sua contribuição tão decisiva, muito obrigado!



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ

RESUMO

O trabalho se propõe a estabelecer o espaço fabril como lugar possível de formação contínua do trabalhador na modalidade EJA profissionalizante. O interesse por este estudo surgiu durante o curso de pós-graduação PROEJA-FIC, quando, na mesma época, o IF-SC, Campus Araranguá dava início à implementação desta modalidade em parceria com a prefeitura municipal. Ao percebermos o grau de interesse do trabalhador pela sua formação, um dos fatores que chama a atenção é o tempo, seja aquele em que o trabalhador emprega a sua mão-de-obra, ou o tempo disponível fora do trabalho, quando retorna à sua vida social. Reside aí, segundo a pesquisa, no uso do tempo de trabalho no processo fabril e no tempo social, um confronto, fator importante na ruptura do interesse pela formação do trabalhador. Considerando-se ainda o custo operacional do tempo no interesse do empregador, temos aí um problema: como garantir ao trabalhador o tempo e o espaço físico necessários à sua formação inseridos no tempo da carga horária produtiva? Trata-se de formação para inclusão e acesso à dignidade e à cidadania. Trata-se, da mesma forma, de produção, sustentabilidade, viabilidade e lucro.

Palavra Chave: Formação, qualificação, auto-estima, cidadania, processo produtivo.



SUMÁRIO

Introdução	09
1. Metodologia	11
2. Reflexão sobre educação e trabalho	12
3. Investimentos em educação enquanto política de Estado.....	18
4. Um olhar sobre a educação profissional no Brasil	20
5. PROEJA-FIC: educação profissional com alcance social	26
6. A experiência da implantação do PROEJA-FIC em Araranguá	28
6.1 Algumas características do PROEJA-FIC nos termos do convênio	30
7. Coleta de dados sobre a adesão ao PROEJA-FIC	32
7.1 Resultado da coleta de dados sobre a adesão ao PROEJA-FIC	33
8. PROEJA-FIC no chão da fábrica: uma proposta desafiadora	37
8.1 A Educação de Jovens e Adultos na fala de seus protagonistas	38
8.2 Pensando uma proposta de PROEJA-FIC para o local de trabalho	40
9. Considerações finais.....	45
Referências bibliográficas	48
Apêndice I: Pesquisa para conhecimento da demanda de cursos FICs vinculados ao proeja a serem oferecidos dentro do projeto de inclusão social deste CEFET-SC – Araranguá	50
Apêndice II: Termo de convênio para implantação do PROEJA-FIC – IF-SC/ Prefeitura Municipal de Araranguá	56
Apêndice III: Questões da coleta de dados sobre a adesão ao PROEJA-FIC	60

INTRODUÇÃO

A dualidade é fator determinante na história da educação brasileira. Nosso sistema de ensino tem sido excludente, seja no que se refere ao acesso, que por muito tempo foi privilégio da burguesia¹, com acesso mais cedo à escola, onde mantinha também nível de permanência, e dos filhos do trabalhador, com educação realizada em casa com a ajuda dos pais, quando possível. Ou seja, se havia escola, esta era privilégio dos mais ricos, ou com melhores condições de vida.

Outro fator que determina esta dualidade é o tipo de educação recebida, que destinava à classe dominante o ensino das letras e das artes, ou seja, o ensino erudito, trabalho intelectual, e para os trabalhadores o ensino dos ofícios, privilegiando o trabalho manual. Além disso, Paulo Freire (1997, 2006), que teve vínculo formal com a educação voltada ao trabalhador², dizia que, quando oferecida, não poderia reproduzir “uma educação pobre para os pobres.”

Tal situação gerou no Brasil uma situação que, segundo dados do PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2003, 62 milhões de jovens e adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos e mais, não concluíram o ensino fundamental. Esses dados são assustadores, tendo em vista as perspectivas sociais que tais dados oferecem.

Essa realidade sustentou a implantação da Educação de Jovens e Adultos – EJA, e o espaço que a modalidade ocupa nos planos da educação no Brasil, com programas anteriores, mas evidenciada principalmente pela LDB a partir de 1996.

Mas a EJA, somente, no formato como se desenvolvia, não vinha dando conta de oportunizar o acesso ao ensino fundamental àqueles trabalhadores que já fazem parte do processo produtivo. Para preencher esta lacuna existente na educação dos jovens e adultos foi criado, em 2005, em âmbito federal, o PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Nesta ótica, como parte do estabelecimento de uma política educacional como política de Estado, a preocupação passa a ser a formação não só inicial, mas

¹ Em Boito Jr. (2007), podemos encontrar uma reflexão sobre a constituição da burguesia no Brasil, bem como sua situação como conceito em pesquisas acadêmicas.

² Freire assumiu o cargo de Diretor do Setor de Educação do SESI (Serviço Social da Indústria) de Recife em 1947.

continuada, dos trabalhadores, de modo a propiciar formação integral, facilitando o acesso à profissão e por consequência à cidadania.

Nasce o PROEJA, em meio ao desafio de enfrentar e converter positivamente os dados apontados em 2003. Trata-se de uma questão social, cujas mudanças espera-se alcançar também por obra de contundentes investimentos em programas educacionais, como nos mostra o Documento Base:

O desenvolvimento de uma nação não depende exclusivamente da educação, mas de um conjunto de políticas que se organizam, se articulam e se implementam ao longo de um processo histórico, cabendo à educação importante função estratégica neste processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, deve-se ter clareza em reconhecer que nem a educação geral nem a educação profissional e tecnológica, por si sós, gerarão desenvolvimento, trabalho e renda. (BRASIL, 2007, p. 31).

A expansão da rede federal de educação tecnológica é uma das ações que fazem frente a esta política integrada do governo, agindo diretamente sobre os desafios no campo da educação básica e profissionalizante. Objetivamente o programa busca integrar a educação profissional e a educação básica com vistas a superar a dualidade entre o trabalho manual e intelectual, integrando estes dois fatores que, segundo Gramsci (apud JESUS, 2005, p. 67) deve ser uma escola que “equilibre equitativamente o desenvolvimento de se trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento do trabalho intelectual”, condições fundamentais para a formação do homem, enquanto ser integral.

Entendendo-se que o acesso amplo à cidadania é direito de todos, e que deva, portanto, ser garantida em todos os espaços sociais, propõe-se neste trabalho refletir como a ação educacional do PROEJA pode contribuir com a conquista da cidadania no meio operário, oportunizando mais dignidade, auto-estima e valorização profissional a partir de conhecimentos próprios do processo produtivo em que está inserido.

O interesse pela pesquisa remonta a análise acerca da recente experiência de implantação do PROEJA-FIC em Araranguá, sua operacionalização e os movimentos em torno de uma idéia ainda nova no âmbito local. Sobre esta experiência, trataremos em capítulo adiante.

Para a efetivação deste trabalho, algumas questões nortearão o seu desenvolvimento, a saber: em que consiste o PROEJA e quais suas características enquanto política de educação de jovens e adultos; como se estabeleceu o convênio entre a prefeitura e o IF-SC; quais os cursos oferecidos em Araranguá; qual a

melhor forma de atender aos trabalhadores no acesso à escolarização necessária para uma vida cidadã e mais digna.

Portanto, nos primeiros tópicos oferecemos uma abordagem teórica acerca das relações educação e trabalho, numa perspectiva sócio-histórica e onde a educação profissional e tecnológica, a educação de jovens e adultos, e mais especificamente o PROEJA-FIC, se insere nesse processo.

Nos tópicos subseqüentes avançamos sobre a viabilidade de uma proposta de PROEJA-FIC no chão de fábrica ou outro espaço laboral, onde, inclusive, os atores sociais daquele espaço são ouvidos, para que se possa refletir de forma mais embasada por meio dessas fontes (em análise qualitativa e quantitativa), que podem nos dar uma inestimável contribuição.

1. METODOLOGIA

A metodologia a ser empregada neste trabalho envolve pesquisa bibliográfica sobre o PROEJA, tendo como importante referência o seu Documento Base que indica o estabelecimento de uma política de Estado para a Educação de Jovens e Adultos.

Ainda, quanto à metodologia, tratará este documento de oferecer uma contextualização histórica e as especificidades do PROEJA enquanto proposta pública preocupada em oportunizar o acesso de jovens e adultos à educação de qualidade, nos seus aspectos mais gerais e humanistas, como também no que se refere à sua atualização profissional.

No aspecto documental serão abordados o projeto de convênio prefeitura/ IF-SC, sua construção, etapas e consolidação.

Contemplando a pesquisa de campo, o trabalho dá relevância à tradição oral na fala de alguns sujeitos, tanto operários quanto empregadores que, com seus testemunhos, oferecem seu olhar, suas percepções e expectativas sobre o curso, dando visibilidade, sobretudo, às suas expectativas quanto à proposta e adesão ao projeto.

Trazendo à tona o processo que resultou na criação dos cursos de costura industrial e de instalações elétricas residenciais, avaliaremos a construção desta

experiência de PROEJA em Araranguá, considerando-se conjuntamente a proposta e seus desdobramentos.

Por fim o trabalho passa a uma proposição reflexiva quanto à implantação do PROEJA no local de trabalho, suas possibilidades, dificuldades, desafios e expectativas diante de um modelo que, embora não seja novo, pode ser oferecido como alternativa à viabilização da EJA a tantos trabalhadores sem condições de concluir seus estudos e aprimorar-se profissionalmente.

2. REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

Os espaços fabris, sendo lugares de produção, têm à sua frente, trabalhadores, não raras vezes com pouca escolaridade, no que resulta na maioria dos casos, baixo nível de criticidade sobre sua própria condição, tanto como empregado quanto como indivíduo no meio social. Este dado interfere também de forma decisiva em sua remuneração, condição que lhe subtrai acesso a direitos básicos e, portanto, à cidadania.

Possibilitar a formação do trabalhador com o incentivo da empresa, utilizando-se como base das atividades um espaço especialmente reservado dentro da estrutura empresarial não é novidade, porém ainda encontra obstáculos e muita resistência. Trata-se de um tema que encontra tensões imediatas no contexto em que se insere. É preciso considerar o quanto representa para um trabalhador e sua família, a sua formação e aprimoramento profissional. Porém há que se considerar em que medida esta ação impacta no processo de produção, que está diretamente associado aos números de indicadores, estatísticas, resultados e lucro, fatores que sempre adquirem importância maior em detrimento das pessoas, cuja faina e experiência sustentam toda a cadeia do sistema que compõe o processo produtivo.

São contradições de uma sociedade carente de uma ética, desonesta consigo mesma, cuja configuração sustenta-se na hegemonia neoliberal que domina o mundo globalizado, forjado por décadas para dar suporte ao sistema capitalista e seus tentáculos financeiro, industrial e comercial.

O resultado já é conhecido: desigualdade social com extremos que mostram concentração de renda e miséria, extratificação com base no poder financeiro e patrimonial, diferenças graves entre indivíduos privilegiados e desfavorecidos.

Do estado de coisas originário dos pensamentos neoliberais, surgiu ao longo do tempo uma classe preterida de seus direitos mais elementares, como o acesso à educação básica, por exemplo. Por consequência, é também, a classe trabalhadora, excluída de diversos direitos sociais, ou com baixo nível de acesso aos mesmos.

Desde a aceleração da produção em meados do século XIX, o operário somente encontrou formas de resistência à sua espoliação social com o surgimento dos movimentos sindicais inspirados nas teorias de Marx e Engels, ainda no século XIX. Posteriormente, com o desdobramento e fortalecimento das lutas sindicais e sociais no decorrer do século XX, algumas conquistas foram registradas, muitas vezes por obra de concessões populistas de governantes em busca de apoio para sustento de seus regimes. No Brasil, o exemplo mais próximo desta realidade ocorreu na Era Vargas, entre 1930 e 1945.

No entanto, ainda com o reconhecimento de uma legislação mínima que passou a preservar importantes direitos ao trabalhador, a classe continuou por décadas em situação desfavorável, alijada de outros direitos, entre eles, e principalmente, o do acesso à formação básica, condição que limita drasticamente as garantias de cidadania dentro e fora do trabalho.

Nas fábricas habita uma massa humana à qual são atribuídas funções na produção acelerada para atender outra massa, a dos consumidores, contexto injusto em que aquele que produz nem sempre tem acesso ao bem que ele próprio produziu.

O espaço ao qual está submetido o trabalhador é parte de um organismo sob os auspícios do gigantesco sistema global que aniquila e deixa quase inexistente a capacidade de intervenção do trabalhador e da grande massa de consumidores. Este quadro deve-se, de um modo geral, à falta de opinião pelo baixo nível de criticidade e discernimento de que é dotado, consequência primeira da baixa escolaridade, o que o conduz à desvalorização enquanto cidadão no meio social em que vive. Noutro olhar, seu valor está no seu trabalho e na sua experiência, enquanto ser produtivo, e enquanto houver nisto, o interesse do empreendedor.

O trabalhador das fábricas adquire domínio de mão-de-obra a partir de sua experiência acumulada ao longo dos anos de prática, com algum aprimoramento técnico específico para atualização tecnológica, muitas vezes a partir da necessidade da empresa.

Ao ser submetido a um tipo de trabalho, muitas vezes sem condições de escolha, numa configuração de rotina alienante, tendo em seu histórico a baixa

formação, escolaridade e capacitação, o trabalhador submete-se também ao condicionamento, como refletiu Marx:

[...] O operário recebe primeiro o trabalho, e depois o meio de subsistência, sendo em primeiro lugar operário e depois pessoa física, tornando-o assim escravo de seu próprio trabalho [...] É certo que o trabalho produz maravilhas para os ricos e a privação para o operário. (MARX, 1970).

Esta situação agrava-se com o tempo, à medida que é submetido a um sistema sob o qual é cercado, assistindo sempre mais a diminuição de seu espaço e capacidade de decisão. Sem autonomia para refletir, capacidade sem a qual perde a noção de si enquanto ser social, o trabalhador defronta-se com a exclusão, à medida que distancia-se de perspectivas que lhe proporcionem mais dignidade, tanto a si quanto à sua família, núcleo social a ele vinculado de forma decisiva para todas as demais relações sociais.

O ambiente de trabalho passa a ser, então, um lugar de sobrevivência física, mas de maneira perversa, pois lhe rouba oportunidades e capacidades; subtrai-lhe expectativas; arranca-lhe esperanças e sonhos. Habita aí o trabalhador de fábrica, mas também os demais, cada um em sua realidade, num espaço em que ele próprio se exclui, porque reproduz resignado o que lhe reserva o sistema.

Ao analisarmos o contexto histórico da Revolução Industrial, percebemos, em todas as suas fases, a elaboração de um espaço no qual se forjou a divisão do poder, o acúmulo do lucro e da riqueza e a submissão do operário a um sistema inexorável, sob o qual ele, o operário, não exerceria nenhum controle e diante do qual mostraria total fragilidade.

Esta lógica foi estabelecida a partir de meados do século XVIII, início da fúria da produção, contexto em que os objetivos unilaterais do capitalista ganharam vigor, passando a controlar o processo produtivo em todas as suas etapas, detendo a capacidade de domínio, geração de mais investimentos, mais capital, mais lucro e mais influência sobre o poder político. Na outra ponta está o operário, contido em sua exploração, submerso na passividade de sua condição.

O que o capitalismo sempre fez questão de deixar claro, é que esta capacidade de decidir, dominar e se beneficiar, é do patrão, do capitalista, nunca do operário, que na relação ter - poder, nada possuía a não ser a sua mão-de-obra, que para o patrão era indispensável, porém sendo abundante passou a ser facilmente substituível e desvalorizada.

Reside aí a importância, para o patrão, de não haver domínio da mão-de-obra, fator que seria determinante de relativo poder nas mãos do operário. Também a formação e a qualificação do trabalhador poderia ser um risco ao controle sobre ele exercido.

É bem verdade que nos tempos atuais tal mentalidade foi em parte superada, principalmente pela parcela de empregadores que sofreu influência de novos pensamentos dentro do próprio capitalismo. Portanto, se significativa parte dos empreendedores ainda resiste a mudanças na relação capital-trabalho, por outro lado não há como manter-se por muito tempo intransigente às mudanças que se avizinham a partir de novas concepções difundidas no seio do meio empresarial.

Com as frestas abertas a novos conceitos de relação entre patrão e empregado, percebe-se um aproveitamento da fábrica – ou de outro local de trabalho – para ser mais do que é em si, e será, nesta linha de pensamento e atitudes, um lugar de aprimoramento de sua experiência profissional e espaço possível de sua formação contínua.

A implantação do PROEJA-FIC no local de trabalho significa uma possibilidade de humanizar a produção, oferecendo ao trabalhador condições de estudar no ambiente onde passa a maior parte de seu dia, podendo, então, sofisticar sua rotina e sua experiência, com melhores oportunidades de desenvolver autoconhecimento, auto-estima e crescimento pessoal, profissional e social.

No atual momento político, o Brasil reconhece o movimento histórico nacional e internacional de luta em defesa do direito à educação para todos, assumindo o desafio de organizar, como política pública, especialmente, a área de Educação de Jovens e Adultos. Com o sentido de aprender por toda a vida, em múltiplos espaços sociais, a área responde às exigências do mundo contemporâneo, para além da escola. (PAIVA, 2004).

O PROEJA-FIC na fábrica visa gerar oportunidades à geração atual, ajudando a corrigir ou minimizar a injustiça histórica ocorrida desde a aceleração da produção em grande escala, por conta da qual o trabalhador perdeu o seu poder de escolha e foi preterido de sua formação básica e garantias cidadãs.

No mesmo tempo, então, que foi lançado na fábrica para “aprender e manter-se em uma profissão”, o trabalhador foi inserido num contexto alienante, quase sem volta, que lhe roubou entre tantas coisas, a capacidade de estabelecer uma crítica à sua própria existência.

Segundo Marx (1970) “(...) o trabalho transforma o operário numa máquina que não consegue afirmar-se e não se sente à vontade, um infeliz. O operário não

desempenha uma atividade física e intelectual livre, mas mortifica seu corpo e arruína seu espírito”.

Embora não tenha se dedicado de forma precípua à educação, Marx traz à tona o problema gerado pela falta de acesso ao ensino, ou pela forma ou tipo de ensino a que tem acesso o indivíduo, o que será determinante para sua vida profissional, sua formação humana e sua situação social. Ao estabelecer uma reflexão sobre Marx e a educação, Lopes (2011) enfatiza esta análise e assim se refere:

A educação não foi a preocupação central dos estudos de Marx, mas ele traz nas suas obras alguns aspectos que contribuem para o desenvolvimento de uma proposta marxista de educação, que foi realizada pelos seus seguidores, dentre os quais Antônio Gramsci. Um destes aspectos é a compreensão de que o processo educativo é uma prática social determinada pelos contextos sociais, econômicos e políticos em que se desenvolve. Numa sociedade de classes regida pelo princípio do capital, em que prevalece a propriedade privada e a divisão social do trabalho, a educação acaba por gerar, também, uma divisão entre a educação para o trabalho intelectual destinada à classe que detém o poder político e econômico, e a educação voltada para o trabalho manual, para quem vai vender a sua força de trabalho no mercado. (LOPES, 2011, p. 5-6).

No entanto, para Lopes (2011), “uma proposta de superação desta dicotomia educativa, segundo Gadotti, reside na integração destas duas faces, integrando ensino e trabalho” que, de acordo com o autor:

[...] Constitui-se da maneira de sair da alienação crescente, reunificando o homem com a sociedade. Essa unidade, segundo Marx, deve dar-se desde a infância. O tripé básico da educação para todos é o ensino intelectual (cultura geral) desenvolvimento físico (ginástica e esporte) e aprendizagem profissional (técnico e científico). (2001, p. 58).

Atualmente, a partir de uma política de Estado focalizada na qualificação profissional com formação integral, e com o desenvolvimento de programas específicos que facilitem tal acesso, passa o espaço da fábrica a ser percebido como lugar pleno de formação e garantia de mais dignidade ao cidadão.

A educação é por si só, um instrumento de valorização de sabedorias humanas, produção de conhecimento, e enriquecimento da cidadania. Manter-se no curso de Educação de Jovens e Adultos já é, para muitos, uma vitória a ser comemorada. Sabe-se, portanto que a Educação de Jovens e Adultos – EJA - não se esgota no acesso, mas também, na permanência e êxito.

A oferta de sistemas que possibilitem o provimento deste direito, bem como da gratuidade desta modalidade de ensino, descortina garantias imprescindíveis para o acesso, permanência e êxito na EJA. Estes pressupostos ajudam a repor um espaço social do qual camadas sociais inteiras foram excluídas, o que reforça a

intenção da própria legislação de que a EJA tem um papel de relevância social que vai muito além da alfabetização.

Segundo os Referenciais Curriculares da Educação Básica:

Os alunos que demandam à EJA são sujeitos sociais e culturais marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. (2003, p.11).

Haddad (2000) afirma que “(...) Outro fator de exclusão educacional são os elevados índices de reprovação, evasão e reingresso no sistema escolar, que resultam em acentuada defasagem na relação idade/série ideal”.

Estas considerações revelam a carga de preconceito que deu suporte a um ambiente de discriminação em relação à EJA. Para tanto basta observar que os próprios alunos da EJA percebem-se como grupo especial, que tem retrospecto de tratamento e metodologia diferenciados, formando uma mentalidade que ajuda a reforçar a carga de preconceito às voltas de tal modalidade. Esta análise ganha importância nas práticas, ações e posturas que recobrem o ambiente da EJA, onde não poucas vezes alimenta-se a idéia de que, a partir de certa idade já é tarde para se estudar.

O fato é que é inegável o benefício que esta modalidade de ensino tem prestado às pessoas que não puderam estudar na época apropriada. Espera-se que, com a conscientização, verticalização dos debates e mudanças práticas em torno da EJA, haja com maior rapidez a superação do conceito estabelecido sobre uma modalidade de ensino privilegiada na capacidade de integrar e articular experiências humanas na construção de uma sociedade pluralizada, mais justa e inclusiva por meio de uma educação libertadora.

Sobre isto acrescenta Freire:

Insere-se a educação libertadora no contexto da práxis política, em que se desvela o caráter eminentemente revolucionário da educação e o caráter eminentemente pedagógico da revolução. Toda pedagogia necessita ser, hoje, uma Pedagogia dos Oprimidos, para que todos os homens se coloquem em processo de libertação, processo intencionado pela formação cultural como força de oposição à dominação. (FREIRE, 1996).

Ainda em Freire (1996), temos que “(...) não é só sabendo ler e escrever que teremos autonomia plena, mas compreendendo o mundo em que vivemos de uma forma mais ampla e significativa, que poderemos fazer parte da nossa sociedade de uma maneira mais inteira e completa”.

A educação transformadora toma espaço cada vez maior entre os que possuem compromisso com a cidadania. O engajamento parte do sonho e sustenta-se numa

educação militante que promove a ruptura com a tradição alienante. Sobre isto Freire (1996) foi enfático, ao professar que “(...) ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar... Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina”.

Vale lembrar que numa educação progressista/libertadora, a competência técnica destinada ao trabalhador – ou a qualquer outro cidadão, não é um dado isolado. Aliás, não existe neutralidade, pois o compromisso político estará sempre presente, mesmo que seja o de reafirmar a exclusão:

Competência técnica é mediação, isto quer dizer que ela está entre, no meio, no interior do compromisso político. Ela é mediação, ou seja, é também (não somente) por seu intermédio que se realiza o compromisso político. Ela é, pois, instrumento, ou seja, ela não se justifica por si mesma, mas tem o seu sentido, a sua razão de ser no compromisso político. Portanto, ela não explica o compromisso político, mas explica-se por ele, embora seja uma das formas por meio das quais (sempre o conceito de mediação) se explicita e se realiza o compromisso político. (SAVIANI, 1991, p.34).

3. INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA DE ESTADO

O Estado brasileiro agiu com determinação nos últimos anos para sedimentar uma política nacionalista, jogando luz sobre as potencialidades do país, de modo a impulsionar o crescimento econômico interno e passar à condição de protagonista em meio à comunidade internacional.

É perceptível que o Estado brasileiro decidiu enfrentar a lógica perversa da desigualdade, que sustenta-se numa política econômica cujo modelo interessa apenas à camada social que historicamente acumula riqueza, em detrimento da maioria, composta por milhões de pessoas sem acesso à dignidade.

O que podemos perceber de mais importante no processo histórico do tempo presente é que, ao contrário de outros momentos, quando as políticas econômicas estabelecidas tinham como meta o sucesso financeiro a partir de índices estatísticos, câmbio, política de juros, controle inflacionário e risco Brasil, agora o Estado associa, de forma inseparável, o crescimento econômico com o crescimento com justiça social.

Portanto, mesmo que sejam irreparáveis os danos sociais causados pelas práticas políticas liberais do passado, principalmente com a concentração de renda que resultou em índices sociais miseráveis, o momento atual descortina um cenário promissor, fruto de

pesados investimentos no setor produtivo, estimulando a economia interna, que passou a ser pujante e comprometida com o crescimento social da população.

Não é por outra razão que num tempo muito curto, milhões de pessoas, o equivalente à população de diversos países da Europa, deixaram a linha da pobreza e passaram a viver melhor, com acesso ao emprego, educação, saúde, alimentação, crédito, transporte, moradia e compra de bens duráveis.

No que se refere ao ensino, os dados apontam superação em mais que o dobro dos investimentos anteriores, atingindo faixas que vão desde o ensino infantil, passando por toda a educação básica até o ensino técnico e de nível superior.

Mas para alavancar a economia, ao serem estabelecidas metas à indústria nacional, um novo desafio se descortinava para o curto prazo, o estímulo à formação de mão-de-obra qualificada. Para atender a esta necessidade, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação implantou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, criando dezenas de novas unidades nas mesorregiões dos estados da federação, sempre em sintonia com os arranjos produtivos locais.

No entanto a realidade governamental herdada não favorecia facilmente tal perspectiva, uma vez que, sob os efeitos de uma ideologia neoliberal que pretendia destruir a estrutura do Estado, o governo de Fernando Henrique Cardoso determinou o corte de investimentos federais no ensino técnico, minimizando o compromisso público com tal modalidade de ensino, no que resultou o enfraquecimento da educação profissional no âmbito federal.

Em outra lógica, diante deste quadro, para recuperar e potencializar a área de educação profissional e tecnológica, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva alavancou pesados investimentos para o setor, resgatando o compromisso do Governo Federal em ampliar a oferta de mão-de-obra qualificada para um mercado em franco crescimento. Sobre isto, assim reflete Carniel:

As propostas relativas à integração da Educação Profissional Técnica à Educação de Jovens e Adultos tiveram início no momento em que foram removidos os “obstáculos” legais, que impediam a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O atual Governo resgatou a articulação da educação profissional com o ensino médio e, além disso, através do Ministério da Educação, sob a coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, implementou uma política de expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica. (CARNIEL, 2009).

Para atender a tal desafio, foram estabelecidas metas ambiciosas, com alcance possível somente a partir de uma política de Estado decididamente arrojada,

uma vez que havia aí o compromisso de atender à economia, mas também as metas sociais de diminuição da pobreza, geração de oportunidades e elevação da qualidade de vida dos brasileiros.

Neste sentido as ações governamentais foram contundentes, considerando-se os investimentos que fizeram mais que dobrar o número de unidades de ensino profissional anteriormente existentes.

Mas outro desafio deveria ser enfrentado: para aumentar a oferta nas vagas da educação tecnológica, seria necessário investir também na conclusão do ensino fundamental. Da mesma forma, para aumentar-se as vagas no ensino pós-médio, havia a necessidade de ampliar a formação em nível médio.

A defasagem reprimida ao longo do tempo lançara o governo, no limiar do século XXI, num quadro altamente desafiador, pois não mais interessaria apenas a alfabetização, mas decisivamente a geração de oportunidades, a começar pelo campo profissional, considerando-se que tal defasagem de formação educacional já resulta, antes, da histórica desvantagem social.

Nos últimos anos os desafios localizados na Educação de Jovens e Adultos – EJA têm sido motivo de diversas ações por parte dos governos em todos os níveis, em cumprimento às metas estabelecidas em direção às garantias de universalização do acesso à formação básica, incluindo a EJA em suas possibilidades, modalidades e especificidades.

4. UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

No Módulo I: Fundamentos da Educação, do presente Curso de Especialização PROEJA, com foco na elevação da escolaridade e formação profissional, a Unidade - Eixos, Princípios e Políticas de educação nos ofereceu importantes estudos sobre a educação no Brasil em diversos momentos, de forma a permitir uma visão da atualidade, cuja base encontra-se historicamente presente no contexto histórico-social brasileiro.

Nesta abordagem pudemos perceber que a educação profissional no Brasil tem a sua história centrada tanto ainda nos tempos do Brasil-Colônia, como posteriormente no Império e na República, por ação das políticas desenvolvimentistas estabelecidas, em maior ou menor grau, por diversos governos.

Segundo Fonseca (apud GARCIA, 1997, p.1) “no Brasil a formação do trabalhador ficou marcada já no início com o estigma da servidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício”.

Por ocasião da chegada da família real à Colônia, o governo, sentindo forte necessidade de mão-de-obra, tomou medida estratégica para enfrentar o problema:

Em 1808, com a abertura dos portos ao comércio estrangeiro e ao mesmo tempo, ao permitir a instalação de fábricas no Brasil, D. João VI criou o Colégio de Fábricas, que representou o primeiro estabelecimento que o poder público instalou em nosso país, com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes. (Ibid, p.2).

Com a chegada do século XX, e postos muitos desafios à incipiente indústria nacional, nova medida é adotada pelo governo, por obra do presidente Nilo Peçanha, com o objetivo de formar trabalhadores para atender a demanda de mão-de-obra, como também encaminhar os jovens oriundos de famílias pobres ao mercado de trabalho.

Em julho de 1909, Nilo Peçanha assume a presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. (MEC, 2007, p.2).

A leitura que se faz deste contexto histórico nos mostra um país ainda em busca de sua identidade após séculos de letargia, situação agravada pela tardia abolição da escravidão, no que resultou um legado de exclusão social, em grande parte do elemento negro, falta de mão-de-obra e mazelas que se acumularam e agora se concentravam nos maiores centros.

Portanto, a necessidade de se investir na formação de mão-de-obra surgia gradativamente em meio ao contexto de uma República ainda em seu início, e que necessitava afirmar-se diante do cenário mundial. É importante considerar que a frágil estrutura industrial brasileira era concentrada nas maiores cidades e submetida aos interesses do capital estrangeiro.

Nesta linha de atuação o governo deixava clara a sua intenção de demarcar uma nova etapa que superasse o legado do século anterior, promovendo o crescimento econômico e enfrentando os fortes problemas sociais. Mas tal meta, principal e decisiva, seria impossível sem alavancar a indústria, algo somente possível se houvesse formação de mão-de-obra.

Torna-se, portanto, visível a frente de atuação do governo em sua finalidade econômico-social e a educação torna-se estratégica neste sentido, mais especificamente a educação para os jovens necessitados capacitando-os para o trabalho nas fábricas.

Ao longo do século XX este aspecto pôde ser percebido de forma mais acentuada, principalmente na segunda década, quando a indústria brasileira buscava concretizar-se frente ao espaço aberto em função das exigências de consumo oferecidas pela consolidação daquela etapa da Revolução Industrial.

Notadamente por ocasião das graves situações exigidas pela Primeira Guerra Mundial o país, desabastecido dos produtos manufaturados vindos do exterior, passou a investir no seu processo fabril e, nesta ordem, na qualificação da mão-de-obra.

Um outro momento significativo veio com a Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil, até então, mandava vir do estrangeiro todos os produtos industriais de que precisava. Com as dificuldades de importação viram-se os brasileiros forçados a instalar no país grande número de indústrias. Mais operários significava maior necessidade de ensino profissional, não só em quantidade como também em qualidade. (GARCIA, 1997, p. 6).

Com a mudança, posteriormente, do cenário político nacional, quando o país assistiu o surgimento de uma alternativa política ao domínio da chamada Política do Café com Leite, a indústria passou a ocupar maior espaço econômico, antes totalmente dominado pela hegemonia rural do Sudeste, especialmente de Minas Gerais e São Paulo. Desenvolvia-se, neste contexto, uma mentalidade econômica e cultural brasileira, fato que se consumava graças ao crescimento populacional, criação de universidades e fortalecimento dos pólos industriais.

A identidade brasileira fortalecia-se. A educação, embora com acesso bastante restrito, e com sistema ainda em formação, impunha sua importância. A Semana de Arte Moderna de 1922 sinalizou claramente que o Brasil passava por mudanças culturais e deveria superar suas marcas, ainda impregnadas de influências imperiais e depois ruralistas, que pontuavam a primeira fase republicana.

Neste sentido, “O Congresso Nacional sancionou em 1927 o Projeto de Fidélis Reis que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país” (Ibid, p.4).

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, a educação passa, aos poucos, a ganhar maior visibilidade, e a estruturação do ensino passa a ser uma política de governo. Inaugurava-se a Era Vargas, que se estenderia primeiramente por quinze anos ininterruptos, quando o setor educacional passou a exercer um papel estratégico, principalmente para dar conta do controle político de Getúlio, sendo uma área potencialmente capaz de dar sustentabilidade ao nacionalismo da República Nova, e ao

populismo personificado na figura do presidente, que, “(...) em 13 de janeiro de 1937, transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus (Ibid, p.4)”. E a obra restauradora de Vargas seguiu com muitas reformulações, conforme Fonseca (1961):

“[...] O Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo”. (apud GARCIA, 1997, p.4).

Esta faceta getuliana, misto de ditadura e paternalismo controlador, acentua a atuação autocrática durante o Estado Novo. A educação e a indústria eram, então, pilares de sustentação de Vargas para seu intento de fortalecer-se no poder. Seu regime somente encontrou resistência por ocasião da derrota do fascismo, ideologia que orientava seu governo, mas que ele mesmo, sem escolha, ajudou a derrotar na Europa ao enviar tropas brasileiras ao front da Segunda Guerra Mundial.

A segunda metade do século XX estabeleceu uma nova crise ideológica e um desafio ao mundo: evitar que a disputa entre as grandes potências pudesse desencadear uma nova e fatídica guerra. O Brasil seguiu sua busca por uma identidade econômica, embora não conseguisse desvencilhar-se das influências estrangeiras, em menor grau da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e de forma mais acentuada e controladora, sob a vigilância dos Estados Unidos da América (EUA).

O cenário mundial do pós-Guerra colocou frente a frente os interesses do mundo diante da consolidação do capitalismo. No que tange à ciência, percebemos que sua atuação durante o período da Guerra Fria, na lógica do modo de produção capitalista, deixou de ser teórica e passou à aplicação prática, tornando-se um componente do próprio capital. Percebe-se aí o círculo de relação pesquisa-capital-ciência. A ciência elabora e estuda; o capital fomenta a pesquisa, e a pesquisa depende do capital para manter-se atuante.

Juscelino Kubitschek assume o comando do país decidido a dar impulso à economia nacional, capitaneando as suas ações por obra do seu Plano de Metas, com elevados investimentos em infra-estrutura e fortes reflexos, por conseqüência, na educação profissional.

O governo de Juscelino Kubitschek traz a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia (...). O Plano de Metas prevê investimentos maciços nas áreas de infra-estrutura (...). Pela primeira vez contempla-se o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão-de-obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização. (MEC, 2007, p.8).

Somente com a mudança no cenário ideológico mundial a partir do final da década de 1980, que desfez a bipolarização capitaneada pela URSS e pelos EUA, tanto a indústria quanto a ciência buscaram reacomodar-se em seus espaços. Com o declínio de poder do socialismo, configurado principalmente no desmonte das estruturas soviéticas e da reunificação da Alemanha, o mundo passou a assistir ao domínio do capitalismo, acelerado pela indústria do consumo, da massificação cultural e do radical desenvolvimento tecnológico. A conjuntura mundial estava às voltas com a globalização, mostrando com todo o rigor a sua face neoliberal.

No Brasil do final do século XX o processo de redemocratização é lento, mas consolida-se. A indústria cresce, e cresce a demanda social e educacional. Porém as diversas alterações, ajustes e investimentos governamentais no setor ainda não seriam significantes na medida do necessário, sendo objetos de análises estratégicas de diversos governos.

No âmbito da educação tecnológica seguem as mudanças, operando-se aí as reformulações adequadas ao ambiente econômico que o país atravessava:

Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde. (MEC, 2007, p.5).

O ano de 1994 marca a ampliação da denominação de CEFET às escolas técnicas federais, quando o país experimentava os primeiros tempos do controle inflacionário e passava a apostar na estabilidade econômica.

Em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação. (MEC, 2007, p.5).

No que se refere à educação profissional e à estrutura da educação tecnológica no país, percebe-se que, somente na primeira década do novo século o debate em torno do assunto se intensifica, tanto com relação à política a ser estabelecida, quanto aos investimentos programados ao setor, que em pouco tempo são transformados em medidas práticas e robustas.

Portanto, no limiar do século XXI, com a aceleração do crescimento nacional, sobretudo pela radical política de investimento em áreas estratégicas, a educação conquista para si uma política planejada de investimentos governamentais.

Em 2005, com a publicação da Lei 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. Em 2006, com o Decreto 5.840 é instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena. (MEC, 2007, p.6).

Concretamente, num tempo relativamente curto, o governo consegue levar a efeito a implantação de dezenas de novos centros de educação tecnológica, fortalecendo e estruturando uma rede dirigida ao investimento na pesquisa e na formação, tanto de professores, quanto de técnicos. Ao mesmo tempo estabelece como prioridade a escolarização e a extinção do analfabetismo, com a agregação de uma política de formação profissional que dê suporte social e seja inclusiva, diminuindo desta forma as disparidades sociais que revelam um país desigual.

Em 2007 há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional. (MEC, 2007, p.6).

Pode-se afirmar que o Brasil vive um momento audacioso no que se refere aos investimentos em educação. A continuidade da política educacional brasileira, independente dos domínios político-partidários, poderá sinalizar para cenários mais otimistas num médio espaço de tempo, situação que pode incluir o Brasil entre os países que resolveram enfrentar sua defasagem social a partir da inclusão pela educação.

5. PROEJA-FIC: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM ALCANCE SOCIAL

Atualmente vivenciamos um franco crescimento das possibilidades de articulação entre os entes federados em diversos âmbitos, principalmente entre a União e os municípios. São ações no campo da infra-estrutura, meio-ambiente, área social, saúde e educação, entre outras. Este modelo tem sido imprescindível para o Brasil, considerando-se as dimensões territoriais e a enorme demanda social que o país acumulou ao longo das décadas.

Localiza-se, portanto, nas articulações colaborativas, com amparo solidário da União, uma possibilidade real de diminuição das diferenças sociais no Brasil, com investimentos que façam elevar a qualidade de vida da população.

No âmbito da Educação os efeitos começam a ser sentidos. Após implantadas as grandes estruturas físicas nos planos de expansão dos institutos federais e interiorização das universidades federais, cumpre agora instaurar metas que consolidem os planos que visam elevar a responsabilidade da Educação frente ao desafio de ajudar a transformar o país numa nação verdadeiramente democrática e com justiça social.

No que se refere ao ensino, a realidade brasileira requer investimentos, mas também ações propositivas de comprometido engajamento, se quisermos alterar a sofrível posição do Brasil no *ranking* mundial. Para recuperar tal defasagem brasileira em relação a outros países, ou resgatar a dignidade da nação diante de seu povo, serão necessários ainda mais investimentos, elaboração de programas inovadores submetidos a um rigoroso planejamento, mas também metas de curto prazo, além do fortalecimento de parcerias com os estados e os municípios, sobretudo no âmbito da educação.

A partir de 2003, a presença do Estado na EJA, por meio de um programa, o *Brasil Alfabetizado*, em disputa organizada pela luta dos educadores de EJA em fóruns estaduais e regionais fez crescer a preocupação e a destinação de verbas para os municípios com vista à continuidade de estudos, sem o que todo esforço de alfabetização é insuficiente. (BRASIL, 2007, p. 10).

Em se tratando da Educação de Jovens e Adultos - EJA, esta modalidade vem tomando nova forma e ganhando novo modelo após sucessivos programas implantados desde meados da década de 1940.

Antes voltado prioritariamente à alfabetização, a EJA requer agora muitos passos adiante em direção à formação integral com inclusão social. Formar e qualificar mão-de-obra e a oportunizar ocupação de vagas no mercado de trabalho é parte de embasamento deste processo.

Se estamos apenas no começo da fundação de novos pilares para a EJA, não é exagero pensar que o quadro é favorável, uma vez considerando-se o amadurecimento político do país, com a real possibilidade de manter de forma perene a sequência de investimentos que podem estabelecer um contexto social mais favorável.

Mas localiza-se no PROEJA, de fato, uma das ações mais contundentes em direção a um eficiente programa educacional direcionado aos adultos. Embora não se deva negar o importante papel de programas anteriores, principalmente ao longo do século XX, em meio a adversos momentos e contextos históricos, há que se considerar suas fragilidades e modesta contribuição para a mudança da realidade social.

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 2007).

Em favor do PROEJA está o desempenho econômico brasileiro dos últimos anos, setor em que o país vivencia um de seus mais auspiciosos momentos, com repercussões em diversos outros aspectos da realidade nacional. Este fator é decisivo, pois a educação de jovens e adultos na modalidade PROEJA surge em meio a diversas ações que visam o fortalecimento do setor educacional, sem o quê não se concebe haver crescimento, muito menos a diminuição das diferenças sociais.

Mas é preciso garantir qualidade no trato da educação. Não há mais espaço para programas maquiados ao sabor da geração de índices estatísticos que apenas emoldurem as plataformas políticas governamentais, cujas gestões, muitas vezes, são afastadas de planificações de alcance mais sólidos. É o que estabelece o Documento Base do PROEJA (2007):

As lutas sociais têm impulsionado o Estado a realizar, na prática, as conquistas constitucionais do direito à educação, processualmente instaurando a dimensão de perenidade nas políticas, em lugar de ofertas efêmeras, traduzidas por programas e projetos. (BRASIL, 2007).

Experiências anteriores focaram a formação para a alfabetização. Agora é preciso um olhar pedagógico mais qualitativo, comprometido com ações transformadoras, que formem integralmente o cidadão, descortinando o seu crescimento existencial com perspectivas coletivas de garantias sociais.

É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade. (BRASIL, 2007).

Assim se implanta o PROEJA, com o propósito muito claro de formar indivíduos na educação básica que possam estar inseridos no contexto econômico que se pretende ver fortalecido, associando-se aí o cumprimento das metas de geração de emprego e oportunidades empreendedoras.

O PROEJA é, pois, uma proposta constituída na confluência de ações complexas. Desafios políticos e pedagógicos estão postos e o sucesso dos arranjos possíveis só alcançará legitimidade a partir da franca participação social e envolvimento das diferentes esferas de governo (...) em um projeto que busque a construção de uma nova sociedade, fundada na igualdade política, econômica e social (...) em um projeto de nação que vise uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social. (BRASIL, 2006, p.8).

6. A EXPERIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA-FIC EM ARARANGUÁ

A iniciativa nasceu no ano de 2008, sob a incumbência do IF-SC, Campus Araranguá em atendimento à determinação do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC. Naquele ano o início dos trabalhos contou com a realização de uma pesquisa de demanda para conhecer o interesse dos moradores de duas comunidades vizinhas ao Campus em ingressar no curso de Educação de Jovens e Adultos profissionalizante. As comunidades pesquisadas foram a Vila Esperança e a comunidade Osmar Nunes, ambas compostas por dezenas de famílias em estado de desfavorecimento social.

Em atividade de campo para coleta de dados, uma equipe multidisciplinar, composta por servidores técnicos administrativos e docentes do IF-SC, além de parceiros externos da área educacional e de assistência social, passou a apresentar às famílias, de forma didática e objetiva, a idéia de implantação de um curso profissionalizante com formação de ensino fundamental. Uma informação adicional é a de que o curso seria realizado no Campus do IF-SC, ou seja, bem próximo às comunidades citadas.

O resultado da amostragem indicou interesse positivo em freqüentar o curso por parte de quase 90% dos entrevistados. A proposta tomou então corpo junto à

direção do Campus, que se utilizou dos dados para aprimorar os estudos sobre a implantação do curso.

Já em 2009, sob orientação da SETEC, o IF-SC elaborou minuta de Termo de Parceria a ser apresentada à prefeitura municipal de Araranguá (PMA), objetivando a implantação do curso no mesmo ano, com duas turmas de PROEJA em Araranguá.

A parceria entre o IF-SC e a PMA já existia desde 2006, sempre com resultados altamente positivos. Na época houve a celebração de um convênio para implantação do curso de Costura Industrial e Modelagem, isto antes mesmo da própria instalação do Campus em Araranguá. A diferença é que naquela modalidade havia apenas a formação profissional, sem a concomitância da formação geral contemplando algum nível da educação básica.

Em abril de 2009 a SETEC lança em caráter oficial um convite às instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional para implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada – PROEJA-FIC, com ensino fundamental.

O Edital do MEC lançara as diretrizes informando as intenções do Governo Federal em enfrentar de forma estratégica e programática o grave problema da falta de acesso à alfabetização e ao emprego qualificado.

Além do aporte financeiro que acompanharia o programa, haveria formação de pessoal e outros investimentos necessários para dar suporte à implantação do programa. A medida do Governo Federal de fomento à implantação do PROEJA-FIC tinha como razão uma realidade bastante preocupante, que precisava ser enfrentada, conforme fez constar o termo de justificativa expedido à rede.

Segundo os dados do Censo Escolar de 2007, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, o Brasil possuía pouco mais de 2,2 milhões de matriculados na EJA para uma demanda de quase 34 milhões.

No âmbito da necessidade de geração de emprego os dados eram da mesma forma bastante graves, uma vez que havia mais de 9 milhões de trabalhadores em busca de emprego, porém apenas 18% possuía experiência e qualificação profissional.

A partir de tal realidade entende-se a importância da medida adotada. Para potencializar o esforço que pretendia dar solução à grave demanda de oferta da EJA profissionalizante, nominada então na proposta como PROEJA-FIC, ficou estabelecido a obrigatoriedade de que o programa somente seria levado a efeito se houvesse parceria com os municípios por meio de termo de convênio.

Tal exigência encontra sustentação, considerando-se o fato de que cabe ao município enfrentar igualmente tal desafio, de modo a buscar a transformação de sua realidade sócio-educacional, tendo ao seu lado, em regime de colaboração, o suporte do Governo Federal em âmbito de atuação conjunta, de forma compartilhada.

Em muitos casos os municípios encontram dificuldades, principalmente quanto à contratação de professores, para fazer cumprir sua adesão ao convênio. Porém, somente após convencido, o termo de parceria é encaminhado à reitoria do IF-SC e para a Secretaria Municipal de Educação do município para aprovação, quando então é celebrado o acordo de cooperação técnica.

6.1 Algumas características do PROEJA-FIC nos termos do convênio

“O PROEJA-FIC é um projeto piloto de curso profissionalizante articulado às séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) para formação de eletricitista - instalador domiciliar e costura industrial, com carga horária total de 1600 horas”. (PROEJA-IF-SC, 2010).

Entre as cláusulas que regulamentam o projeto, constam estudos de viabilização, cronograma, organização curricular, competências, entre outros, além da alocação de pessoal para as disciplinas, competência esta entre as mais desafiadoras, devido às dificuldades de conciliação de carga horária do quadro próprio de docentes do IF-SC e da Secretaria Municipal de Educação.

Consta na orientação do projeto que todas as ações previstas devem ser realizadas de forma simultânea, a começar pela formação prévia dos profissionais que irão atuar e os estudos, elaboração, produção e oferta de material pedagógico.

As práticas pedagógicas dos cursos orientam-se pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IF-SC, e pela Organização Didática (OD) do Campus Araranguá, como também pela Resolução que orienta a EJA no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Para atender aos seus objetivos segundo as necessidades apontadas no enfoque pedagógico, “os currículos baseiam-se na construção de competências com metodologias de ensino que promovam aprendizagens mais significativas e sintonizadas com as exigências do mundo do trabalho”. (Ibid, 2010).

O ingresso do aluno se dá por inscrição pública, de cujo processo seletivo resulta a formação da turma. Em havendo vagas remanescentes, as mesmas serão preenchidas entre os inscritos por sistema de sorteio, procedimento também previsto no cronograma. As turmas terão dois lugares de frequência: as disciplinas gerais serão frequentadas na Escola Básica Municipal Nova Divinéia e as aulas profissionalizantes ocorrerão nos laboratórios do IF-SC.

A progressão do aluno para o semestre seguinte segue os critérios registrados no documento da Organização Didática do Campus Araranguá, referendada pelo Documento Base do programa.

Assim sendo, a avaliação deve ser diagnóstica, processual, formativa e somativa. Consta no projeto do curso que a “(...) a avaliação consiste em um conjunto de ações que permitam recolher dados visando a análise da constituição das competências por parte do aluno previstas no projeto pedagógico do curso”. (Ibid, 2010).

Ainda, faz constar o documento que “(...) os critérios devem servir para que o aluno avalie sua trajetória e para que o professor tenha indicativos que sustentem tomadas de decisões sobre o processo ensino e aprendizagem (Ibid, 2010)”.

A forma de avaliação adotada pelo PROEJA-FIC não se difere das concepções modernas de avaliação que, em sintonia com as resoluções vigentes, processam o saber de forma a contemplar, potencializar e pluralizar a experiência e as competências dos educandos. Ao tratar de avaliação, o Documento Base do PROEJA (2006) registra:

Avaliar é reconhecer criticamente a razão da situação em que se encontra o aluno e os obstáculos que o impedem de ser mais. É necessário vencer a “prescrição”, a imposição de uma consciência a outra, desocultando dos procedimentos avaliativos o que Freire (1996) denomina de “consciência hospedeira” da consciência opressora. (BRASIL, 2006).

Esta forma de avaliar vai ao encontro do perfil de aluno PROEJA, pois busca humanizar o espaço de ensino, tornando-o espaço democrático ao saber e à construção de experiências, incluindo sujeitos históricos capazes em sua plenitude, mas nunca olhados, sentidos, valorizados, percebidos.

É fundamental que o sujeito reconheça o limite da situação de opressão vivida, do temor de ser mais, para querer ousar ser mais, para que encontre os caminhos de seu progresso, de sua libertação. A percepção da realidade a partir de atos de avaliação acolhedores, processuais, formadores pode contribuir para que os objetivos da ação educativa produzam resultados diferentes. (BRASIL, 2006).

Conhecer as dimensões do processo de avaliação é fundamental para que se possa dimensionar o alcance de resultados, permanência e êxito. No PROEJA esta compreensão traduz-se em parte vital do processo ensino e aprendizagem, considerando-se as especificidades e o alcance sócio-educacional que toma o programa.

Se na implantação de um programa considera-se como um dos objetivos resgatar e reforçar a auto-estima de determinada clientela, como é o caso levantado por este trabalho, há que se considerar de forma imprescindível o processo avaliativo, como bem reforça o Documento Base do PROEJA:

[...] O que importa é que não se reproduzam, pela avaliação, as exclusões vigentes no sistema, que reforçam fracassos já vivenciados e corroboram a crença internalizada de que não são capazes de aprender, substituindo esse modelo pela ratificação da auto-estima que qualquer processo bem-sucedido pode produzir, reafirmando a disposição da política de cumprir o dever da oferta da educação com qualidade, devida a tantos brasileiros pelo Estado. (Ibid, 2006).

Quanto aos conceitos estabelecidos, os registros resultantes da avaliação são expressos em menções correspondentes às seguintes definições operacionais: E: excelente; P: proficiente; S: satisfatório; I: insuficiente.

7. COLETA DE DADOS SOBRE A ADESÃO AO PROEJA-FIC

Vencidas as etapas e concluídos os procedimentos para a implantação do programa em Araranguá, após as tratativas e celebração de Termo de Parceria entre o IF-SC e a prefeitura municipal, iniciaram-se as atividades dos dois cursos previstos, contando ambos com toda a estrutura e demais recursos necessários.

Porém, ainda que se saiba haver interesse pelo curso, cuja demanda foi apontada pela coleta de dados realizada, ou pelo interesse a partir da ampla divulgação feita, chama atenção e gera dúvida a razão do discreto número de interessados na inscrição ao curso e conseqüente matrícula, ao menos no modelo oferecido, já explicado anteriormente, ou seja, de frequência após o horário de trabalho e em duas escolas diferentes.

Por outro lado, a partir do problema gerador deste trabalho, “do chão da fábrica à alfabetização: como a educação de jovens e adultos pode contribuir com a conquista da cidadania no meio operário”, também chama à atenção a opinião dos descritores após oferecida como alternativa de modelo de curso, a estruturação e funcionamento do mesmo no próprio local de trabalho.

As questões foram incluídas no formulário aplicado entre a clientela potencial de PROEJA-FIC, ou seja, trabalhadores em plena atividade, carentes de aprimoramento profissional, porém sem o ensino fundamental concluído. As coletas foram feitas de forma aleatória, em diversos locais.

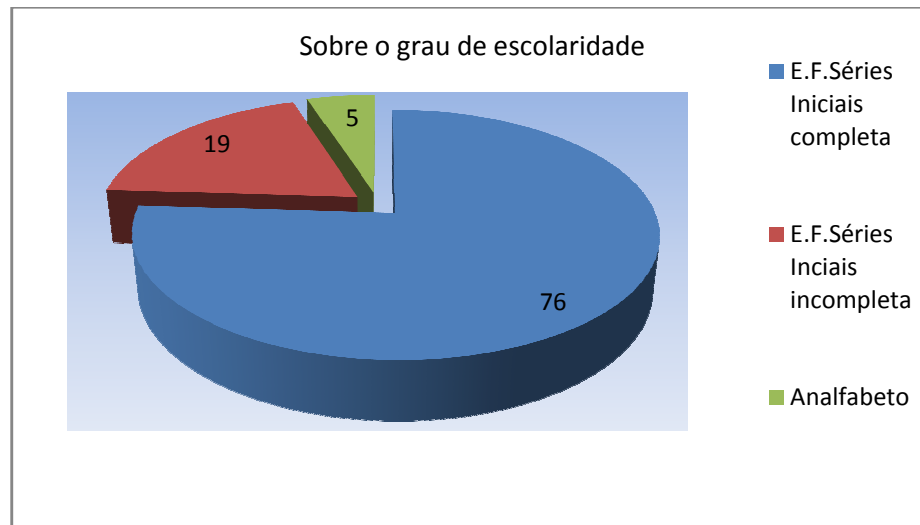
No interesse desta investigação, selecionou-se também dois empresários, proprietários de empresas de porte médio no ramo metalúrgico, com bom desempenho no mercado, interessados em manifestar seus pareceres sobre o tema.

A partir da coleta de dados, obteve-se algumas informações acerca dos entrevistados, entre elas o seu interesse e suas expectativas acerca do curso.

7.1 Resultado coleta de dados sobre a adesão ao PROEJA-FIC



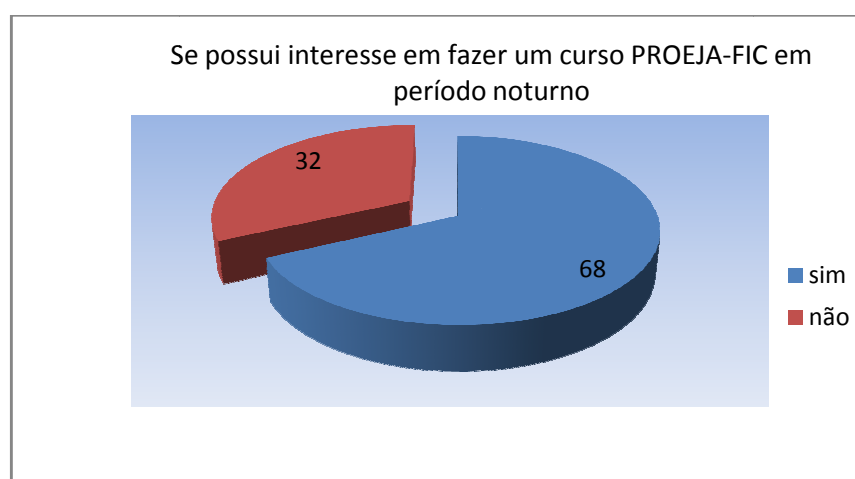
Nesta coleta simples de dados, interessa saber se o entrevistado possui ou não algum emprego, podendo ser vínculo empregatício formal ou não formal. Em pleno momento de aquecimento da economia, percebemos que em Araranguá a taxa de desemprego está um pouco acima da média nacional para o mês de junho de 2011, que foi de 6,2%. Entre os entrevistados, 93% responderam que possuem vínculo empregatício, enquanto 7% estão desempregados.



Questão nº. 5.2

Quanto à escolaridade, os entrevistados foram perguntados se possuem a formação completa nas séries iniciais do ensino fundamental; se não concluíram a formação nas séries iniciais do ensino fundamental, ou se eram analfabetos. Esta informação é indispensável para identificar-se potenciais educandos do PROEJA-FIC.

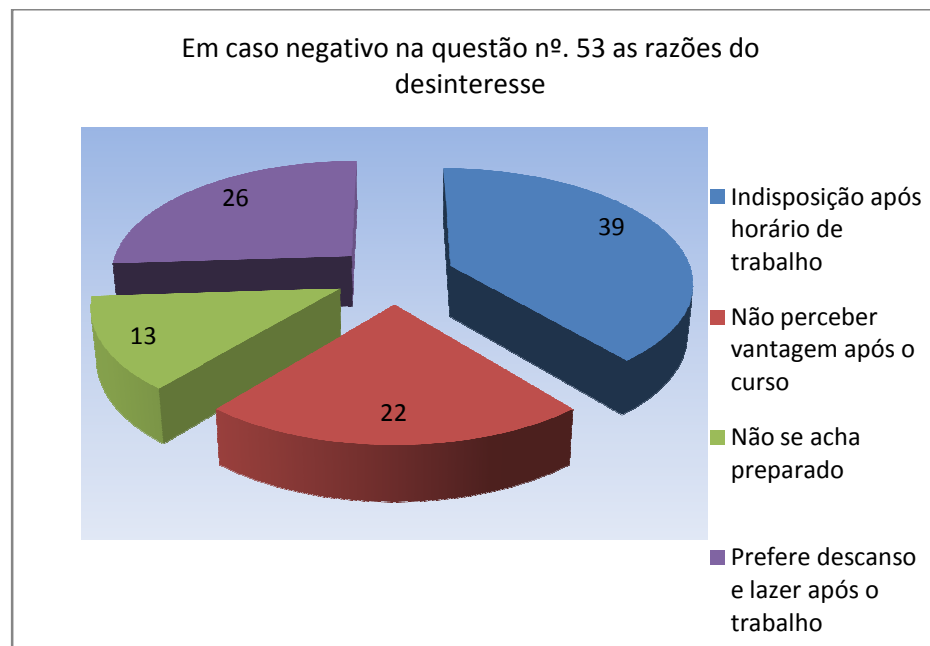
Entre os entrevistados, 76% possuem a formação completa nas séries iniciais, enquanto 19% não completaram o mesmo nível. Já 5% informaram estar na condição de analfabetos.



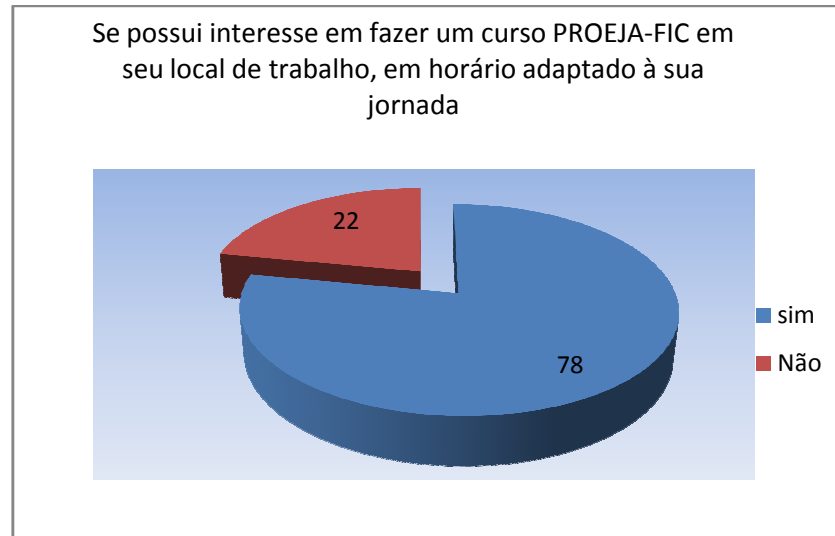
Questão nº. 5.3

Os entrevistados que possuíam a formação nas séries iniciais do ensino fundamental foram então questionados sobre o interesse de freqüentar um curso PROEJA-

FIC em período noturno. Uma vez que a maioria cumpre sua jornada de trabalho durante o dia, o objetivo era conhecer o interesse e a disposição por parte do trabalhador em concluir o ensino fundamental integrando a formação geral com formação profissionalizante. Os dados apontam que 68% demonstraram interesse na proposta e possivelmente freqüentariam o curso, enquanto 32% não mostraram interesse na proposta.

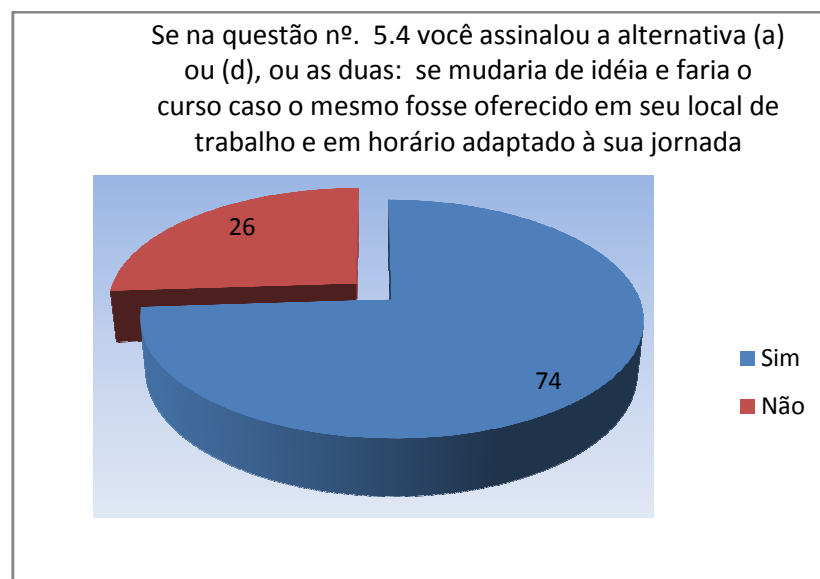


Para saber dos que mostraram desinteresse em fazer o curso PROEJA-FIC no período noturno, pergunta levantada na questão nº. 5.3, o questionário ofereceu quatro alternativas para uma resposta a cada descritor. Verificou-se nesta questão que 26% prefere utilizar o seu tempo após o trabalho para descanso e lazer. Já outros 22% disseram que não vêem vantagem profissional após o curso. Observou-se ainda que entre os entrevistados, 39 % responderam que não têm disposição de fazer o curso após o horário de trabalho, enquanto 13% afirmaram não acharem-se preparados para fazer o curso.



Questão nº. 5.5

Nesta questão os descritores foram perguntados sobre o interesse em fazer o curso no caso de ser realizado em seu local de trabalho, em horário ajustado à sua carga-horária. O nível de interesse em fazer o curso foi identificado entre 78% dos descritores contra 22% que manifestaram desinteresse pela proposta.



Questão nº. 5.6

Se o curso fosse oferecido no local de trabalho em horário adaptado à sua carga-horária, 74% dos descritores que antes haviam mostrado desinteresse admitiram que mudariam de idéia e fariam o curso. Já outros 26% dos que antes manifestaram desinteresse, pelas razões descritas, mantiveram a decisão de não fazer o curso.

8. PROEJA-FIC NO CHÃO DA FÁBRICA: UMA PROPOSTA DESAFIADORA

Entendendo-se que o trabalho, a educação e a cidadania são direito de todos, e que deva, portanto, ser garantida em todos os espaços sociais, propõe-se nesta monografia uma ação educacional de forma a oferecer formação em EJA ao trabalhador que, por alguma razão, não manteve seus estudos dentro das ofertas e dos tempos correlatos à idade, mas que pode ser contemplado com o acesso ao ensino em seu espaço laboral, com projeto articulado à formação profissional.

Esta concepção está prevista na LDB (1996 - 2008), que em seu Art.37 diz que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. O § 3º do mesmo Art. assegura que “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional (...)”.

O PROEJA-FIC apresenta-se como um modelo que contempla este olhar inclusivo, considerando-se o suporte teórico e técnico que pode ser oferecido pelo IF-SC. No entanto, esta proposta não obterá resultados concretos, se implantada de forma isolada, apenas por imposição administrativa sob à luz de exigência legal.

Entende-se que desde a sua origem, esta proposta somente alcança êxito se construída de forma coletiva, a partir do estabelecimento de uma política de formação com o interesse dos diversos atores envolvidos no processo, do trabalhador ao empreendedor.

De forma consciente e com tal concepção de promoção da inclusão e acesso ao ensino, bem como sua permanência e êxito, devem estar envolvidos no processo a empresa, o trabalhador, instituições de ensino, órgãos governamentais, além da adesão com incentivo e estímulo da própria representação de classe.

Para tratar das questões da cidadania, neste caso, das questões ligadas à formação básica dos trabalhadores, busca-se um caminho convergente, considerando-se, portanto, o envolvimento do empregador na implementação do projeto, ator este de maior resistência, mas que sem sua adesão, não há como esperar-se os resultados planejados. Portanto ao empregador deve ser apresentada de forma pormenorizada a proposta, de modo a oferecer-lhe uma reflexão capaz de despertar sua consciência e conseqüentemente sua adesão à proposta.

Assim se concebe a proposta de levar o PROEJA-FIC aos locais de trabalho, a partir de um pensamento coletivo e participativo em direção à inclusão sócio-educacional, com formação profissional. Desta forma o PROEJA-FIC abre-se para uma nova fronteira além do espaço original, e lança-se na base de uma experiência ousada e desafiadora, consolidando um projeto inovador, com benefício tanto para o trabalhador em busca de oportunidades, quanto para o empregador, este enquanto investidor interessado no seu melhor desempenho empresarial.

8.1 A Educação de Jovens e Adultos na fala de seus protagonistas

Convidado a falar sobre como vê a oferta de PROEJA-FIC na fábrica e se implantaria o projeto em sua empresa, assim se manifestou um empresário do ramo metalúrgico, proprietário de uma empresa com pouco mais de 30 funcionários, que solicitou a omissão de seu nome:

“[...] Vejo como uma ação positiva e com grande possibilidade de bons resultados. No entanto tenho a preocupação de que, depois de feitos os investimentos e implantado o curso, o empregado desista, gerando prejuízo. Outra observação que quero fazer é que deveria haver um incentivo à empresa, quem sabe em forma de desoneração da folha de pagamento, isenção de algum imposto ou outra forma de apoio. Penso assim porque, no fundo, quem arca com o investimento é o empregador, que corre o risco ainda de perder o empregado após ter feito o curso, em busca, quem sabe, de melhor salário. Portanto acho a idéia boa e implantaria, mas tem que ser bem analisada, ver quanto tempo da produção teria que doar ao curso, de maneira que não sobre-carregue o empresário”.

Outro entrevistado, que da mesma forma prefere que seu nome seja omitido, acredita ser uma boa proposta, porém levanta dificuldades na implantação do curso:

“[...] Olha, eu acredito que seja uma boa idéia, mas sinceramente vejo dificuldades pra colocar isto em prática. Afinal, quem organizaria? Quem administraria? Também é preciso saber quem seriam os professores e quem os contrataria? Teríamos que ter estrutura, organizar um espaço exclusivo para isto? A rotina também mudaria muito e temo pelo desperdício de tempo. Não sei se implantaria. Precisaria pensar bem sobre isto. Não sou contra, mas tenho algumas dúvidas.”

Na fala dos trabalhadores entrevistados percebemos a condição daquele que sente na formação uma oportunidade de alavancar sua auto-estima. Ao mesmo tempo em que faz muitas perguntas e pondera sobre as condições em que poderia se dar o curso e sua disposição em freqüentá-lo, o trabalhador respondeu a pergunta a ele dirigida, se gostaria de dar continuidade aos seus estudos, freqüentando o curso de ensino fundamental com a parte profissionalizante em seu local de trabalho.

“[...] Eu faria o curso na fábrica. Mas será que eles (patrões) aceitam? Em que horário seria? E qual o local, teria uma sala de aula com quadro e tudo? Eu tenho dificuldades no português, mas me viro na matemática. Mas faz muito tempo que não estudo, ando meio desatualizado. Agora na parte prática (profissional), eu sou capaz de dar aula. Sei que preciso aprender algumas coisas novas, pois a tecnologia mudou muito. Mas naquilo que eu faço, eu acho que faço bem.”

Outra manifestação chama a atenção pela vontade e curiosidade sobre a proposta apresentada. Neste caso o entrevistado mostrou euforia e expectativa em poder realizar o sonho de concluir a parte do ensino que lhe falta.

“[...] O quê, um curso no serviço? Eu faço. Pode contar que eu me matriculo. Uma coisa que quero fazer é terminar o ginásio (ensino fundamental). Não descarto até fazer uma faculdade um dia. Mas daí já fica mais difícil! Agora, um curso pra terminar o ginásio eu faço. Se tiver instrução do trabalho também (parte profissionalizante) melhor ainda. Mas como é que seria isto, funciona no horário? Ah, quem é que vai deixar isto, e como fica o serviço? Na aula pára tudo? Olha, a idéia é boa! Se tiver isto no meu serviço eu to dentro, e muita gente lá, vai fazer também”.

Como pode ser percebido, as entrevistas com os empresários mostram sua visão e discreta aceitação do projeto, porém deixando margem para dúvidas quanto à sua sustentabilidade e responsabilidade. Portanto, em suas falas, os empresários não demonstram má vontade, porém lançam dúvidas, próprias de uma visão ainda pouco desenvolvida sobre o assunto.

O mais importante nestes dois exemplos dados, é que há franca abertura para dialogar sobre a idéia, levando os esclarecimentos necessários com o indicativo de adesão à proposta.

Já as falas dos trabalhadores mostram o quanto o acesso à educação pode elevar o senso de cidadania de uma pessoa, especialmente em se tratando de indivíduos que desejam reparar sua defasagem de ensino formal para buscar novas oportunidades tanto no âmbito profissional quanto em seu espaço social.

A EJA para os seus freqüentadores possui dimensões subjetivas no campo do autoconhecimento e da auto-estima. Por si só este fator já eleva a importância da EJA. Mas mais que isto, a sociedade passa a contar com cidadãos, cuja existência passa a ter outros sentidos, outras perspectivas e outros horizontes.

Por fim, o enlace social sofisticada-se com a acolhida recíproca que se dá entre aquele que se insere de outra maneira no seu meio social e a sociedade, que pode responder com mais respeito, inclusão e senso humano, o indivíduo oriundo da EJA.

8.2 Pensando uma proposta de PROEJA-FIC para o local de trabalho

A implantação do PROEJA-FIC na proposta como se apresenta neste trabalho, requer adaptação e ajustes organizativos e administrativos. Não imagine-se, de forma alguma, que um projeto de tal natureza possa ocorrer sem que seja adaptado às suas especificidades, algumas delas já tratadas neste documento, e outras que seu desenvolvimento podem apontar.

Basicamente o maior desafio se encontra em três pontos da proposta: sua clientela, o horário e o local de funcionamento. Reside, portanto, na atitude dos proponentes e parceiros, a responsabilidade de afinar e adequar a proposta, construindo uma alternativa sustentável em sua formatação e eficaz em seus resultados, segundo as metas e objetivos esperados.

Mesmo assim, sabe-se que as dificuldades e os obstáculos futuros, previstos na medida do possível segundo o planejamento estabelecido, não se estirpam ao ser implantado o curso na fábrica, ou em outro local de trabalho. É preciso considerar sempre que nenhum projeto, ainda que esteja em estado de normalidade, deixe de ser submetido à contínua avaliação em todos os seus aspectos. Em se tratando de uma proposta lançada a tal desafio, seu acompanhamento deve ser rigoroso, envolvendo sempre os sujeitos pró-ativos que apostaram na idéia e dela esperam sua consolidação.

O referendo para este projeto está amparado na legislação nacional que trata da Educação, a começar pela Constituição Federal em seu Art, 205: "(...) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"; da mesma forma o Decreto 5840/2006, que instituiu no âmbito federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; o Documento Base do PROEJA e a própria LDB, que em seu Art. 37, propõe ajustes à necessidades prementes na implantação do ensino:

"[...] Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho". (1996 -2008).

Ainda em seu Decreto de criação, o PROEJA prevê em seu § 2º:

“[...] Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados... ao ensino fundamental... objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador”. (BRASIL, 2006).

Sobre o compromisso do Governo Federal por meio da participação das instituições de ensino, o mesmo Decreto determina em seu Art. 2º que “(...) As instituições referidas no caput disponibilizarão ao PROEJA... no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição”, e que “a ampliação da oferta... deverá estar incluída no plano de desenvolvimento institucional da instituição federal de ensino”.

O modelo a ser adotado na proposta em questão terá suas bases nos fundamentos já existentes dos cursos PROEJA-FIC do IF-SC, Campus Araranguá, a exemplo dos cursos de eletricista instalador domiciliar e de costura, integrados ao ensino fundamental, com os devidos ajustes e especificidades já tratadas, tais como: local de funcionamento e durante parte da jornada produtiva; carga horária e grade curricular. O formato da organização curricular, em módulos que agrupem as unidades curriculares seria o mesmo, considerando-se, no entanto, as necessárias flexibilizações como quanto ao tempo, por exemplo, o que será visto mais adiante, devendo este fator ser tratado de forma especial, enquanto recurso escasso no contexto em que se insere a proposta.

No entanto é preciso considerar diferenças importantes entre o PROEJA na fábrica e o PROEJA-FIC já em funcionamento. Primeiramente vamos tratar da parte do curso que oferece a formação profissional. Enquanto o PROEJA já existente tem como objetivo “(...) Contribuir para que o cidadão profissional eleve seu grau de escolaridade, desenvolva habilidades básicas... e se insira no mercado de trabalho” (PROEJA-FIC, 2010), nesta proposta o objetivo é oferecer, da mesma forma, escolaridade, porém com aprimoramento do conhecimento profissional que o trabalhador já possui. Neste caso ele não está em busca de uma profissão, mas de acrescentar conhecimentos à sua experiência, e naquilo que faz em sua função.

A organização curricular do curso deve considerar tal ajuste. Esta atribuição fica a cargo da instituição de ensino parceira, sob cuja responsabilidade está toda a organização pedagógica do projeto. Conforme previsto no Decreto de criação do PROEJA, “(...) As instituições de ensino ofertantes de cursos e programas do PROEJA serão responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos...”.

Uma vez que o curso será oferecido a trabalhadores de empresas já instaladas, em plena atividade, e no curso de seu fluxo produtivo, a demanda por oferta deverá considerar outros fatores importantes. Um deles é quanto à parte da formação profissionalizante, que deve estar sob o domínio da instituição de ensino em uma de suas áreas, portanto com pessoal habilitado na área do curso a ser ofertado, bem como estrutura de recursos disponíveis, como laboratórios, por exemplo. Ou, se não, com oferta sob acompanhamento e orientação pedagógica da instituição de ensino, mesmo quando incluído sob regime de parceria com outra instituição.

Quanto a isto, é preciso considerar que, no caso do IF-SC, Campus Araranguá, desde a sua implantação, a oferta de cursos e a conseqüente estruturação do Campus, suas instalações, montagem de laboratórios e contratação de pessoal, ocorreram em atendimento à demanda apontada na identificação dos arranjos produtivos locais e regionais.

Portanto, no âmbito do IF-SC já são conhecidas as áreas de formação possíveis que poderiam oferecer suporte aos projetos, quais sejam: elétrica, mecânica, moda, malharia e confecção.

Assim contempla o Decreto 5840/2006, em seu Parágrafo único:

“[...] As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural”. (BRASIL, 2006).

Como já foi mencionado antes, outro fator a ser considerado refere-se ao tempo e suas várias implicações, tais como duração do curso, carga horária, horário das aulas, frequência do aluno, formatação da organização curricular, e a possibilidade de aprovação do aluno em tempo distinto e diferente, quando for o caso, com plenas garantias de encaminhamento curricular subsequente.

Esta previsão, também constante no Decreto de criação do PROEJA, facilita a implantação da proposta, uma vez que há previsão de situações peculiares quanto à capacidade e desempenho de alunos, considerando-se o objetivo de diminuir sua defasagem e possibilitar a complementação de sua formação. A instituição responsável também deve acompanhar integralmente o desempenho do aluno, reconhecendo o seu aproveitamento: “(...) Todos os cursos e programas do PROEJA devem prever a possibilidade de conclusão, a qualquer tempo, desde que demonstrado aproveitamento

e atingidos os objetivos desse nível de ensino, mediante avaliação e reconhecimento por parte da respectiva instituição de ensino”.

Reforçando a visão de singularidade do modelo proposto, entende-se que a avaliação deve valer-se de processos formativos legalmente aceitos, como faz constar no Art. 7º do mesmo Decreto: “(...) As instituições ofertantes de cursos e programas do PROEJA poderão aferir e reconhecer, mediante avaliação individual, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extra-escolares”.

Esta visão está contemplada no projeto de PROEJA-FIC já implantado pelo IF-SC e prefeitura de Araranguá. Em sua metodologia o projeto determina que:

A elaboração do currículo por competências implica em ações pedagógicas que possibilitem ao aluno a construção de seu conhecimento. Nesta construção de novos saberes, a escola constitui-se em um espaço onde professores e alunos são sujeitos de uma relação crítica e criadora. Assim, a intervenção pedagógica favorece a aprendizagem a partir da diversidade, não a partir das características e dificuldades dos alunos.

Mas a grande aposta que se faz na modalidade de PROEJA-FIC a ser oferecido na fábrica, diante de suas especificidades, algumas já tratadas, está na importância do Projeto Integrador, presente enquanto unidade curricular em todos os módulos. A metodologia proposta do PROEJA-FIC já em funcionamento, trata desta Unidade Curricular:

“[...] Voltada para a metodologia de trabalho por projetos, articuladora das unidades curriculares que converge para a escolha de um tema. Através dessa visão holística do conhecimento, a aprendizagem contextualizada e interdisciplinar, torna-se significativa. Ao relacionar o conhecimento prévio ao novo, constrói-se coletivamente, a partir de experiências do sujeito”.

Ao estimar tão positivamente o Projeto Integrador, leva-se em conta a riqueza de possibilidades pedagógicas que a Unidade oferece, não somente quanto à sua versatilidade didática, mas, sobretudo, por oferecer um repertório de possibilidades atrativas ao aluno, especialmente com o perfil da clientela em questão, que se sentirá dinamicamente incluído no processo educativo, especialmente ele, há tanto tempo fora da sala de aula.

Tendo à sua disposição atividades que lhe despertem interesse, por considerar sua experiência, o aluno será, de fato, um sujeito que se apropria de sua busca, deixa a passividade e integra-se para ser protagonista do processo ensino e aprendizagem.

Esta reflexão, associada à experiência já existente de implantação de PROEJA, permite jogar luz sobre possibilidades novas, sabendo-se que o novo dificilmente será o mais fácil, mas torna-se espaço privilegiado dos que desafiam a

normalidade das coisas. O Estado brasileiro tem feito pesados investimentos em Educação e é preciso ainda mais. Mas há uma carência ainda maior de atitudes que desconstruam modelos e façam florescer de novo o sonho. Os dados sociais brasileiros ainda assustam. Não será fácil reverter num curto prazo um estado de coisas que privilegiou uma pequena parte da população durante séculos. Mas este é, sem dúvida, um dos momentos mais auspiciosos da história brasileira.

Reside na Educação uma imensa responsabilidade de mudar os rumos da configuração social do Brasil. Mas está no arrojo e na criatividade o nosso maior potencial, sem o qual nenhum investimento de valor ou recurso será por si só, suficiente.

Para a implantação do PROEJA-FIC na fábrica ou em outro local de trabalho, faz-se necessário uma articulação processual entre os parceiros, de modo a dar o formato mais adequado a um projeto ousado, mas em sintonia com a realidade presente, quando os indivíduos sociais da história do tempo presente são percebidos em sua importância integral, podendo de tal forma construir uma sociedade melhor para si e para os outros.

Entre os parceiros, o empregador aparece com um papel de natureza muito especial, sendo ele o provedor primeiro da ação educativa. Na proposta a ser construída, devem constar dados necessários que possibilitem dimensionar a implantação do projeto, tais como levantamento físico, espaço interno, quantidade de funcionários, quantidade de alunos, dados cadastrais atualizados e pesquisa interna que aponte a demanda de interessados.

Quanto ao IF-SC, a quem cumpre organizar o PROEJA-FIC, cumpre avaliar viabilidade e demais condições necessárias à formação do termo de parceria, considerando-se disponibilização de carga-horária de professores, técnicos e demais recursos. Em não possuindo capacidade de participar com recursos humanos e de infra-estrutura, cabe ao IF-SC avaliar as condições de manter-se na coordenação, supervisionando o funcionamento do curso.

Outras participações são da mesma forma importantes na soma de esforços da sociedade, por meio de entidades organizadas, visando a melhoria e elevação dos índices educacionais do país. Entre os parceiros possíveis podem ser incluídos o sindicato de representação da categoria do trabalhador alvo do projeto, a associação comercial e industrial e a prefeitura municipal.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem tratada neste trabalho nos permite refletir muito além de seu objeto principal, que trata da implantação do PROEJA-FIC na fábrica, ou em outro local de trabalho. O que temos diante de nós quando nos dispomos a fazer uma incursão sobre o mundo do trabalho, é um considerável e envolvente universo de possibilidades que orientam diversas temáticas, como a educação, a economia, as lutas sociais, a família, o direito, a cidadania.

Pensar a formação do trabalhador no chão da fábrica é simplesmente possibilitar a ele o despertar para o autoconhecimento social e profissional, permitindo que sua consciência cidadã não se perca com o dilaceramento de sua rotina, que fatalmente o aniquilará enquanto pessoa e enquanto profissional, tornando-o um ser cercado nos limites a ele impostos.

Se por séculos predominou na sociedade a mentalidade da subserviência do trabalhador ao sistema que o detém, o tempo de tal pensamento, perverso em sua nascente e em sua prática, já foi superado, ao menos frente às concepções sociológicas da qual se abastece a sociedade moderna. Por outro lado não será estranho se a reação a esta proposta ainda encontrar vozes resistentes que, cercadas pelo pragmatismo que se apóia apenas no lucro, vêem no indivíduo que produz a riqueza apenas um instrumento da façanha capitalista e não uma pessoa, com vínculos familiares e sociais, que quer ser feliz, que possui sonhos e muita sabedoria.

O fato é que, se não houver mudança de mentalidade, os avanços da educação profissionalizante e, particularmente do fortalecimento do PROEJA-FIC, serão graduais, apenas, mas ainda muito distantes de uma atitude transformadora na medida da urgência do tempo presente. Portanto o êxito desta proposta somente será alcançado se houver mudança de mentalidade, processo difícil de ser estipulado e medido.

Então, se não for de outra maneira, que seja pela ação política, que traz em si a mudança de mentalidade necessária, uma vez que projeta compromissos sociais, iniciativas programáticas das competentes instituições de ensino e postura política do poder público, ações que incidirão, por conseqüência, em compromisso também da iniciativa privada.

A mais importante constatação gerada por esta pesquisa cercada de suas respectivas fundamentações, reside de forma provocante na subjetividade dos sujeitos. De que importaria projetar o sonho para os outros? Por que arrancar as pessoas de seus lugares comuns, se elas mesmas não demonstrarem e assumirem tal vontade? Foi no encaço dos sonhos que fomos primeiro. Foi pelas ruas que encontramos as vontades e os sinais dos sujeitos todos, que mais do que pensam alguns, querem mais e muito mais do que estipula o sistema.

A implantação do PROEJA-FIC nos locais de trabalho é possível, segundo se pode concluir a partir desta investigação. Mas sua eficácia somente será alcançada por obra de uma ação conjunta, a partir de uma consciência coletiva, com canais de diálogo e ações efetivas. Entendemos que levar a educação profissional para os locais de trabalho, segundo esta proposta, requer ainda a participação de agentes pró-ativos, que processem a idéia no seu espaço próprio, a começar pela empresa, mas em conjunto com os demais atores, instituições de ensino e poderes envolvidos.

Ainda, em se tratando de uma ação sócio-educacional desafiadora, a formação do trabalhador em seu ambiente de rotina, não pode ser vista como concessão ou entendida como contrapartida para atender jovens e adultos em defasagem educacional em relação à idade. Uma vez que sua concepção tem como base uma atitude política efetiva, tal ação não deve confundir-se com formas paternalistas, já experimentadas e avaliadas historicamente.

Tal é a visão atualizada da importância desta modalidade, que o Governo Federal passou a assumir amplamente a condução deste programa no âmbito de todos os entes federados, ou por sua estrutura, ou por meio de parcerias. Esta postura republicana parte da visão de que será por meio da educação, e educação para todos, que o país atingirá níveis mais elevados de qualidade de vida aos mais pobres, e conseqüente diminuição das diferenças entre as classes sociais.

Porém, se na esfera federal os investimentos têm sido consideráveis, tanto em pessoal, instalações, infra-estrutura e custeio, ainda falta maior comprometimento neste sentido tanto dos demais entes federados, quanto da iniciativa privada, como forma de combater a defasagem sócio-educacional acumulada ao longo das décadas.

O fato é que, com milhões de brasileiros ainda na condição de analfabetos, estima-se que somente com a elevação dos investimentos em educação para 10% do

PIB, segundo proposta para o Plano Nacional de Educação, os índices registrados possam ser alterados.

Este estudo tem o propósito de que o PROEJA, em plena consolidação por meio das instituições federais e parceiros envolvidos, possa promover a inclusão de pessoas ainda desprovidas da escolaridade e da profissão, como prevê o objetivo do Decreto 5.840, que instituiu, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Segundo o seu Documento Base, um dos principais objetivos do PROEJA é:

“[...] Propiciar a esse público o acesso a serviços e produtos culturais de que até então foram privados, respeitando os saberes construídos em suas trajetórias, permitindo a organização da reflexão e de estruturação de possibilidades de interferências na realidade é fator de democratização e justiça distributiva.” (BRASIL, 2006 p. 8).

A expectativa que fica é de que as idéias que alavancaram o presente trabalho possam alcançar a fábrica ou outros lugares em potencial, com educação inclusiva, promovendo o acesso educacional aos trabalhadores.

Assim, espera-se que o PROEJA seja um programa público com enlace na iniciativa privada, e que seja mantido como parte integrante do sistema educacional, de todo modo comprometido com os sujeitos alvo da proposta.

Se construído sob um contínuo processo de avaliação, as experiências enriquecidas na prática diária poderão resultar na conquista de maior soberania das classes historicamente desfavorecidas, o que promove o resgate de uma ética social da qual o país encontra-se carente, enquanto não construir uma sociedade mais cidadã, objetivo primeiro do fazer educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITO JR, Armando. **Estado e Burguesia no Capitalismo Neoliberal**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba. 28, p. 57-73, junho, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº. 11/2001 e Resolução CNE/CEB nº. 1/2000. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, maio 2000.

BRASIL. Ministério da Educação: **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: 17 de julho de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**: Documento Base. Brasília: MEC, 2006.

CARNIEL, Daniela. **A Educação de Jovens e Adultos num contexto de política pública e a implantação do PROEJA no CEFET de Bento Gonçalves**. Trabalho monográfico de Especialização – UFRGS. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em PROEJA, 2009, Porto Alegre, RS. Disponível em: <http://www.cefetrn.br/dpeq/hol>. Acesso: 23 de julho de 2011.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de jovens e adultos**: pensamento, políticas e práticas. Disponível em: <http://sistemas1.usp.br>. Acesso: 17 de junho de 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**: 17. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. 13. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**: 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, p.58, 2001.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história**: A gênese da formação profissional no Brasil: (UEL) Campinas: Autores Associados, 1997. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos>. Acesso: 04 de novembro de 2011.

HADDAD, Sérgio. **Aprendizagem de jovens e adultos**: Avaliação da década da educação para todos. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 14 (1) 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9800.pdf>. Acesso: 20 de outubro de 2011.

JESUS, Antônio Tavares de. **O pensamento e a prática escolar em Gramsci**. São Paulo: Autores Associados. 2005.

GOMES, Aurélia Lopes: V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Marxismo, Educação e Emancipação Humana. **A concepção de educação integral na proposta curricular de Santa Catarina: uma possível aproximação**. Florianópolis: UFSC, p. 5-6, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Conceito marxista do homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 89-170. 1970.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1848. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848>. Acesso: 20 de julho de 2011.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de, PAIVA, Jane (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PROEJA-FIC. IF-SC, Campus Araranguá. **Projeto piloto de curso profissionalizante articulado às séries finais do ensino fundamental**. Araranguá, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Cortez, autores associados, 1991.

APÊNDICE I

PROJETO:

**PESQUISA PARA CONHECIMENTO DA DEMANDA DE CURSOS FIC
VINCULADOS AO PROEJA A SEREM OFERECIDOS DENTRO DO PROJETO DE
INCLUSÃO SOCIAL DESTE CEFET-SC – ARARANGUÁ**

Unidade Araranguá

PROJETO:

**PESQUISA PARA CONHECIMENTO DA DEMANDA DE CURSOS FIC
VINCULADOS AO PROEJA A SEREM OFERECIDOS DENTRO DO PROJETO DE
INCLUSÃO SOCIAL DESTE CEFET-SC – ARARANGUÁ**

Público alvo: Comunidades de Vila esperança e Osmar Nunes

Coordenadoria de Relações Externas CEFET – Unidade Araranguá

Araranguá, novembro de 2008

1. Projeto:

Pesquisa para conhecimento da demanda de cursos FICs vinculados ao PROEJA a serem oferecidos dentro do projeto de inclusão social deste CEFET-SC – Araranguá.

2. Público alvo:

Comunidade próxima ao UCCA e arredores

3. Objetivos:**3.1 Objetivo Geral:**

Promover a inclusão dos moradores em situação de desvantagem social nas ações do CEFET – SC Unidade Araranguá.

3.2 Objetivos Específicos:

3.2.1 Apurar a realidade sócio-cultural e educativa dos moradores da comunidade do U.C.C.A. e imediações.

3.2.2 Estabelecer perspectiva de apropriação, por parte da comunidade, dos investimentos sócio-educacionais do Governo Federal por meio do CEFET-SC – Araranguá.

3.2.3 Oferecer ao público alvo maiores perspectivas de formação e qualificação como possibilidade de inserção no meio social, no mercado de trabalho e emprego.

3.2.4 Eleger a formação de parcerias como um caminho saudável e eficiente de cooperação visando o êxito das ações segundo os objetivos traçados.

3.2.5 Construir propostas coletivas de ação envolvendo a comunidade, entidades, empresas e órgãos públicos.

3.2.6 Identificar a potencialidade de aplicação na comunidade de cursos FICs, juntamente com o PROEJA.

3.2.7 Conhecer o interesse dos moradores por cursos FICs/ PROEJA: ensino fundamental.

3.2.8 Investir em ações voltadas à inclusão de jovens e adultos no processo educacional e produtivo.

3.2.9 Implantar ações sociais efetivas que, de forma preventiva, contribuam com minimização de situações de riscos sociais envolvendo jovens e adultos.

4. Coordenação e operacionalização:

A pesquisa será coordenada pela Coordenação de Relações Externas do CEFET-SC, Unidade Araranguá, com a participação de outros setores.

5. Abrangência:

Aplicação na comunidade do U.C.C.A. e imediações, em Araranguá.

6. Metodologia:

6.1 Material de coleta de dados:

Os formulários da pesquisa serão elaborados por técnicos da Coordenadoria de Relações Externas do CEFET-SC, Araranguá.

6.2 Coleta de dados:

A coleta de dados será obtida por meio de questionário simples apresentado aos descritores. O preenchimento dos formulários será competência dos entrevistadores.

6.3 Tabulação de dados:

A tabulação de dados será processada pelo setor técnico do Departamento de Desenvolvimento de Ensino.

6.4 Quantidade de descritores:

6.4.1 A quantidade de descritores será de 150 (cento e cinquenta).

6.5 Proporcionalidade:

6.5.1 Não será aplicado mais de um questionário por grupo familiar.

6.5.2 A distribuição dos descritores levará em consideração a proporcionalidade por quadra de moradores, resguardando-se a abrangência do coletivo comunitário na captação dos dados.

6.6 Faixa etária dos descritores:

6.6.1 homens com idade entre 16 e 20 anos

6.6.2 homens com idade entre 21 e 30 anos

6.6.3 homens com idade entre 31 e 40 anos

6.6.4 homens com idade acima de 40 anos

6.6.5 mulheres com idade entre 16 e 20 anos

6.6.6 mulheres com idade entre 21 e 30 anos

6.6.7 mulheres com idade entre 31 e 40 anos

6.6.8 mulheres com idade acima de 40 anos

7. Gênero:

7.1 () Feminino (50 %)

7.2 () Masculino (50%)

8. Recursos:

8.1 Materiais: formulários; canetas; pastas.

8.2 Humanos: 5 (cinco) entrevistadores em atendimento ao prazo estabelecido.

9. Cronograma:

AÇÃO	NOVEMBRO 2008																											
	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28				
Projeto: elaboração e análise	■	■	■	■	■	■																						
Construção de parcerias							■	■	■	■	S	D																
Visita à comunidade													■															
Aplicação da pesquisa																■	■	■	■									
Processamento de dados																												
Relatório final da pesquisa																												

10. Questões da pesquisa:**10.1 Gênero:**

a	<input type="checkbox"/>	Feminino (50 %)
b	<input type="checkbox"/>	Masculino (50%)

10.2 Qual a sua idade?

a	<input type="checkbox"/>	entre 16 e 20 anos
b	<input type="checkbox"/>	entre 21 e 30 anos
c	<input type="checkbox"/>	entre 31 e 40 anos
d	<input type="checkbox"/>	acima de 40 anos

10.3 Qual o seu grau de escolaridade?

- a Analfabeto
- b Ensino fundamental incompleto
- c Ensino fundamental completo
- d Ensino médio incompleto
- e Ensino médio completo
- f Superior incompleto
- g Superior completo

10.4 Você possui vínculo empregatício?

a	<input type="checkbox"/>	Sim
b	<input type="checkbox"/>	Não

10.5 Você tem interesse em fazer um curso no Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do CEFET, juntamente com um curso FIC (Formação Inicial e Continuada)?

- a Sim
b Não

10.6 Se você respondeu sim, qual o curso FIC que você gostaria que o CEFET oferecesse?

10.7 Qual turno você considera mais conveniente para o funcionamento do curso PROEJA?

- a Matutino
b Vespertino
c Noturno

APÊNDICE II

**TERMO DE CONVÊNIO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA-FIC
IF-SC – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
Rua 14 de Julho, 150 - 88075-010 – Enseada dos Marinheiros - Coqueiros - Florianópolis –
SC - Telefone: (48) 3271-1400

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MEC Nº. 042/2009 - IF-SC

TERMO DE PARCERIA

“Acordo de cooperação técnica MEC nº. 042/2009, que entre si celebram o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IF-SC e o município de Araranguá, por intermédio de sua Secretaria de Educação, objetivando a cooperação técnico-científico-pedagógica para a implementação do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA nos municípios brasileiros.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, doravante denominado IF-SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 81.531.428/0001-62, com endereço à Rua 14 de Julho, nº. 150, Enseada dos Marinheiros, bairro Coqueiros, cidade Florianópolis, Santa Catarina, neste ato representado pela sua reitora, Prof.^a Consuelo Aparecida Sielski Santos, brasileira, casada, RG 709.352 – SSP/SC, CPF 464.521.509-44, nomeada pela portaria nº. e a Prefeitura do município de Araranguá, doravante denominada prefeitura, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.911.249/0001-13, órgão público municipal com sede à Rua Virgulino de Queiróz, nº. 200, bairro Centro, cidade Araranguá, Santa Catarina, neste ato representada pelo prefeito municipal, Sr. Mariano Mazzuco Neto, brasileiro, casado, residente à Rua João Alves Ouriques, 349, bairro Cidade Alta, RG 1.539.880, CPF 178.520.219-72, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnico-Científico Pedagógico de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objetivo Geral

O presente Acordo tem por objeto estabelecer uma parceria para implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA do ensino fundamental, doravante chamado PROEJA FIC, conforme Ofício Circular Nº 40 GAB/SETEC/MEC.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Objetivos Específicos

2.1- Implantação. Implantar Curso de Formação Inicial e Continuada Integrado ao ensino fundamental para o público jovem e adulto matriculado na rede municipal.

2.2- Formação. Formar os docentes, técnicos administrativos e gestores que atuarão no Curso de Formação Inicial e Continuada Integrado ao ensino fundamental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

2.3- Produção de material pedagógico. Produzir material pedagógico para orientar e subsidiar a implantação do Cursos de Formação Inicial e Continuada Integrado ao ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos.

2.4- Monitoramento, estudo e pesquisa. Acompanhar a implantação dos cursos, a formação dos profissionais, produção do material pedagógico, bem como investigar questões relacionadas ao PROEJA.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos compromissos

Para viabilizar o objeto e as metas deste instrumento, os partícipes se comprometem a:

3.1- Compete ao IF-SC, por intermédio do Campus Araranguá:

3.1.1 – Apresentar projeto em conformidade com as orientações da SETEC/MEC;

3.1.2 – Receber e gerir os recursos que forem descentralizados para o projeto;

3.1.3 – Elaborar, prévia e coletivamente com a Secretaria Municipal de Educação, projeto pedagógico integrado único do curso PROEJA-FIC;

3.1.4 – Realizar, em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação, a seleção dos educandos para o curso PROEJA FIC;

3.1.5 – Responsabilizar-se pela oferta da qualificação profissional, com carga horária mínima de 200 horas, do curso PROEJA FIC;

3.1.6 – Responsabilizar-se pela formação dos docentes, técnicos, profissionais da educação e gestores que atuarão na implantação e desenvolvimento do curso de PROEJA FIC;

3.1.7 – Disponibilizar, quando necessário, espaço físico como salas de estudo, salas de aula, auditórios ou outros prescindíveis à realização da formação dos formadores ou do curso PROEJA FIC;

3.1.8 – Certificar, em parceria com uma Instituição de Ensino Municipal, o curso ofertado;

3.1.9 – Manter toda documentação, dados e informações atualizadas para fins de monitoramento da SETEC/MEC e prestação de contas a este órgão após finalização do projeto;

3.1.10 – Manter os registros acadêmicos dos educandos dos cursos PROEJA FIC.

3.2- Compete à Prefeitura de Araranguá, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Educação:

3.2.1 – Elaborar, prévia e coletivamente, com o IF-SC, projeto pedagógico integrado único do curso PROEJA-FIC;

3.2.2 – Autorizar a participação de seus docentes, técnicos administrativos, profissionais da educação e gestores em todas as etapas e atividades do curso de formação continuada, bem como das atividades de estudo e pesquisa;

3.2.3 – Colaborar com o Campus Araranguá seleção dos educandos para os cursos PROEJA FIC;

3.2.4 – Responsabilizar-se pela oferta do ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos, com carga horária mínima de 1200 horas, do curso PROEJA-FIC, disponibilizando os recursos humanos necessários;

3.2.5 – Disponibilizar, quando necessário, espaço físico como salas de estudo, salas de aula, auditórios ou outros prescindíveis à realização dos cursos;

3.2.6 – Certificar, em parceria com o Campus Araranguá, o curso ofertado;

3.2.7 – Manter os registros acadêmicos dos educandos dos cursos PROEJA FIC;

3.2.8 – Providenciar auxílio transporte ou equivalente para o deslocamento dos estudantes dos cursos PROEJA FIC.

3.2.9 – Responsabilizar-se pela identificação dos alunos (crachá) para entrar no IF-SC;

3.2.10 – Disponibilizar uniformes para os alunos quando necessário para o curso FIC.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Recursos Financeiros

O presente Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – Da Vigência

O presente instrumento entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEXTA – Da Denúncia e Rescisão

O presente Acordo poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer um dos partícipes, mediante troca de avisos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Florianópolis/SC, para dirimir quaisquer dúvidas e conflitos oriundos do presente Convênio, que não possam ser resolvidos de forma consensual.

E, por estarem justos e acordados em suas intenções, firmam entre si o presente instrumento elaborado em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Florianópolis, 01 de junho de 2009.

Consuelo Aparecida Sielski Santos
Reitora do IF-SC

Andrei Zwetsch Cavalheiro
Diretor-Geral do Campus Araranguá

Mariano Mazzuco Neto
Prefeito do Município de Araranguá

Alexandre Rocha
Secretário de Educação Municipal de Araranguá

APÊNDICE III

QUESTÕES DA COLETA DE DADOS SOBRE A ADESÃO AO PROEJA-FIC

**COLETA DE DADOS SOBRE O INTERESSE PELO PROEJA-FIC PROMOVIDO
PELO IF-SC, CAMPUS ARARANGUÁ, EM PARCERIA COM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE ARARANGUÁ.**

1. Objetivos:

- 1.1 Identificar a potencialidade de aplicação de cursos PROEJA-FIC em Araranguá-SC.
- 1.2 Perceber o interesse dos trabalhadores por cursos PROEJA-FIC com ensino fundamental.
- 1.3 Conhecer a adesão ao PROEJA-FIC entre os possíveis interessados.

2. Público alvo:

Potenciais educandos de PROEJA; trabalhadores que não possuam o ensino fundamental completo.

3. Abrangência:

Aplicação em Araranguá-SC, entre trabalhadores com ensino fundamental não concluído.

4. Metodologia:

- 4.1 A coleta de dados será obtida por meio de questionário simples apresentado aos descritores.
- 4.2 Quantidade de descritores:
 - 4.2.1 A quantidade de descritores será de 60 (sessenta) indivíduos.
- 4.3 Gênero e faixa etária dos descritores:
 - 4.3.1 Indiscriminadamente homens e mulheres com idade entre 16 e 55 anos

5. Questões:**5.1 Você possui vínculo empregatício?**

- a () sim
- b () não

5.2 Qual o seu grau de escolaridade?

- a () Analfabeto
- b () Ensino fundamental séries iniciais completa
- c () Ensino fundamental séries iniciais incompleta

5.3 Você possui interesse em fazer um curso PROEJA-FIC em período noturno?

- a () Sim
- b () Não

5.4 Em caso negativo quais as razões do seu desinteresse?

- a () Indisposição após o horário de trabalho
- b () Não percebe vantagem profissional e nem salarial pós o curso
- c () Não se acha preparado para fazer o curso
- d () Prefere descanso e lazer após o horário de trabalho

5.5 Você tem interesse em fazer um curso PROEJA-FIC em seu local de trabalho, em horário adaptado à sua jornada?

- a () Sim
- b () Não

5.6 Se na questão nº. 5.4 você assinalou a alternativa (a) ou a (d), ou as duas, responda: você mudaria de idéia e freqüentaria o curso, caso fosse oferecido em seu local de trabalho e em horário adaptado à sua jornada?

- a () Sim
- b () Não